PODER EXECUTIVO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Relatório do Controle Interno

Exercício de 2013
Artigo 3º
Inciso IV
Alínea a)

31/03/2014

Controladoria Geral do Estado

Coordenadoria de Controle Interno

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 3
1.0 CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO 3
1.1 COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO 4
1.1.1 ARCABOUÇO LEGAL 5
1.1.2 METODOLOGIA DE TRABALHO 6
1.1.3 SISTEMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO E CONTROLE 10
1.1.4 AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS INSTITUCIONAIS 14
1.1.4.1 Sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços 14
1.1.4.2 Sistema de Gestão de Contratos e Despesas Administrativas 15
1.1.4.3 Sistema AAB de Bens Móveis do Estado do Paraná 16
1.1.4.4 Sistema de Gestão Patrimonial - GPI 17
1.1.4.5 Sistema Central de Viagens 18
1.1.4.6 Sistema de Gestão de Pessoal - META4 20
1.1.4.7 Sistema de Acompanhamento de Indicadores - SIGAME 21
1.1.4.8 Sistema - SIAF 26
1.1.4.9 Sistema e-ORG – Estrutura Organizacional do Estado do Paraná 27

APRESENTAÇÃO

Este trabalho trata do resultado das ações do Sistema de Controle Interno, referente às contas anuais do Chefe do Poder Executivo do exercício financeiro de 2013.

1.0 CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

A Controladoria Geral do Estado - CGE foi instituída nos termos da Lei nº 17.745/2013 de 30 outubro de 2013, contemplando as atividades da Secretaria de Controle Interno e da Secretaria Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral, sendo regulamentada por meio do Decreto nº 9.978/2014, tendo como finalidade as atividades concernentes à gestão, à organização, à promoção, ao desenvolvimento e à coordenação das seguintes atribuições:

I. Implantar e manter a Estrutura de Controle do Poder Executivo Estadual, que envolve o Sistema de Controle Interno, Transparência e Controle Social, Sistema de Ouvidoria e Sistema de Corregedoria;

II. Acompanhar e fiscalizar os atos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, em todas as suas fases, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo do Estado;

III. Estabelecer mecanismos voltados a comprovar a eficácia, a eficiência e a economicidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito do Poder Executivo Estadual;

IV. Propor medidas e ações necessárias a evitar a reincidência de irregularidades constatadas;

V. Decidir preliminarmente sobre as representações ou denúncias fundamentadas que receber, indicando as providências cabíveis;

VI. Acompanhar e requisitar processos e procedimentos administrativos em curso ou arquivados nos órgãos ou entidades do Poder Executivo, propondo a adoção de providências, ou a correção de falhas;

VII. Promover o incremento da Transparência Pública;

VIII. Fomentar a participação da sociedade civil na transparência e na prevenção da corrupção.

IX. Exercer outras atividades correlatas.

1.1 COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

Para obter uma garantia razoável de que o cumprimento da missão do Estado e os objetivos gerais como: execuções das operações de forma organizada, ética, econômica, eficiente e eficaz, sempre estarão em conformidade com as leis e procedimentos, todos os processos fundamentais devem ser realizados e projetados para se identificar os riscos, com o intuito de melhorar a gestão. O conjunto de atividades, planos, métodos e procedimentos interligados define o conceito de Controle Interno; este por sua vez visa assegurar que os objetivos dos Órgãos e Entidades da Administração Pública sejam alcançados de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios no acompanhamento das metas e ações de governo.

De uma forma genérica, Controle é uma ação tomada com o propósito de certificar-se de que algo se cumpra de acordo com o que foi planejado. O objetivo é o que se busca alcançar tal como definido no planejamento. Já o risco é qualquer evento que possa impedir ou dificultar o alcance de um objetivo. Desta forma, portanto, controle só é relevante quando de fato garante o cumprimento de um objetivo, e só faz sentido se houver riscos de que esse objetivo não venha a ser alcançado.

É importante ressaltar que a auditoria interna não deve ser confundida com controle interno, já que auditoria é um controle da própria gestão que tem por atribuição garantir a eficiência e eficácia de outros controles. Destaca-se ainda que não é atividade precípua da auditoria interna estabelecer estratégias para gerenciamento de riscos ou controles internos para mitigá-los, pois estas são atividades próprias dos gestores.

Já o Sistema de Controle Interno por sua vez, instituído pela Lei nº 15.524/2007 e regulamentado por meio do Decreto nº 9.978/2014, consiste em um plano organizacional de métodos e procedimentos, de forma ordenada, articulados a partir de um órgão central de coordenação, promovendo a eficiência operacional, assegurando a observância das leis, normas e políticas vigentes, estabelecendo mecanismos de controle que possibilitem informações à sociedade e impedindo a ocorrência de fraudes e desperdícios.

Isto é, as atividades de Controle Interno relacionadas a métodos e procedimentos ocorrem em cada Órgão/Entidade, onde cada Gestor é responsável pela sua execução e aplicação como: A utilização de Sistemas Institucionais, Transacionais e também a aplicação de toda forma de controle válida para o fiel cumprimento da legalidade.

A Controladoria Geral do Estado, por meio da sua Coordenadoria de Controle Interno, como citado anteriormente atua como órgão central de coordenação e tem por finalidade e competência, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual. Esta coordenação por sua vez, se dá de forma descentralizada em cada Órgão/Entidade da Administração Estadual, por meio dos Agentes de Controle Interno, que atuam na avaliação *in loco*.

1.1.1 ARCABOUÇO LEGAL

As atividades de Controle Interno desempenhadas por este Órgão por meio da Coordenadoria de Controle Interno – CCI estão expressas através dos seguintes dispositivos legais:

- ➔ A Constituição Federal, que dispõe em seu Art. 70 sobre as atividades do Controle Interno, bem como em seu Art. 74 que trata das finalidades do Sistema de Controle interno.
- ➔ A Constituição Estadual, em seus Art. 74 e 78 que apresenta também as atribuições do Controle Interno.
- ➔ A Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, que estabeleceu no parágrafo único do Art. 54 que o relatório de Gestão Fiscal será assinado pelas autoridades responsáveis e pelo controle interno, e em seu Art. 59, que definiu responsabilidade ao Sistema de Controle Interno quanto à fiscalização da Gestão Fiscal:
- ➔ A Lei nº 15.524/2007, de 06 de junho de 2007, que institui as funções e atribuições do controle interno tendo como destaque, a criação do Sistema de Controle Interno.

- ➔ A Lei nº 17.745/2013, de 30 de Outubro de 2013, que extingue a Coordenação de Controle Interno, e cria a Controladoria Geral do Estado – CGE, incluindo as competências da Corregedoria e da Ouvidoria Geral.

Também foi observado, para a consecução deste Relatório, o disposto na Instrução Normativa 91/2013, exarada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a qual, em seu item "a" do inciso IV, do Art. 3º preconiza:

> **"...**
>
> Art. 3º A prestação de contas anual, relativa ao exercício de 2013, do Chefe do Poder Executivo Estadual, deve conter os seguintes documentos:
>
> ...
>
> IV – Relatório da Coordenação de Controle Interno do Poder Executivo Estadual contendo, dentre outras informações:
>
> a) Resultado das ações do Sistema de Controle Interno realizadas no exercício de 2013;

1.1.2 METODOLOGIA DE TRABALHO

A metodologia definida pela Controladoria Geral do Estado, por meio da Coordenadoria de Controle Interno, teve como escopo os procedimentos, técnicas e sistemas de controle utilizados na Administração Pública. Estes itens foram avaliados ao longo do exercício de 2013, por meio de documentos, análise física de bens, na análise do ambiente, comparativos entre previsão e execução, entrevistas com servidores, chefes de divisão e ordenadores de despesas, com vistas a formar opinião sobre a suficiência ou inadequação dos controles existentes, por meio do Sistema Integrado de Avaliação de Controle – SIAC.

O SIAC constitui um fluxo de trabalho entre a Controladoria Geral do Estado - CGE, o Agente de Controle Interno e o Titular ou dirigente do Órgão.

É importante ressaltar que a utilização de sistemas que permitam a avaliação tem como objetivo buscar a excelência na administração pública, por meio de métodos, técnicas e processos inovadores de gestão, fortalecendo a governança democrática transparente.

A atuação da Coordenadoria de Controle Interno tem como escopo proporcionar maior segurança administrativa na tomada de decisão pelos gestores estaduais, reduzir a ocorrência de desvios que possam comprometer a eficiência no uso de recursos e a eficácia na disponibilização de bens e serviços, permitindo assegurar também a conformidade legal dos controles existentes e identificar as boas práticas de gestão. Com essa justificativa e utilizando a metodologia definida nos exercícios anteriores de uma forma atualizada, espera-se gerar resultados que permitam avaliar o alcance dos objetivos e metas planejados, bem como mitigar os riscos que afetam negativamente o processo de gestão, e também analisar e diagnosticar os controles existentes.

A definição do modelo de avaliação empregado pela Coordenadoria de Controle Interno teve como exemplos casos de Estados como: Amazonas, Goiás, Espirito Santo e Acre, que promovem suas atividades de forma descentralizada. Durante os exercícios anteriores e também atualmente, a CGE/CCI, atua de forma descentralizada, onde os servidores executam atividades nos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, conforme é possível verificar na Figura 1 abaixo.

Figura 1. Esquema de descentralização da CCI/CGE.

Estes agentes de Controle Interno foram nomeados conforme dispõe o Decreto nº 3.386/2011 e atualmente são regidos por meio do Decreto nº 9.978/2014. Durante o exercício de 2013 houve a utilização plena da plataforma em *Workflow* permitindo a integração entre a Coordenadoria de Controle Interno, o Agente de Controle e também o Gestor do Órgão, por meio de formulários que contemplam áreas específicas. Os formulários contemplam quesitos em diversas áreas de análise, sendo pautados nas boas práticas de gestão, assim como em aspectos legais. Estes quesitos visam avaliar os itens básicos de controle, compondo uma matriz de avaliação dos controles institucionais e de procedimentos.

O papel da CGE/CCI dentro do sistema SIAC é o de estabelecer o plano de trabalho dos Agentes de Controle e de avaliar e acompanhar o correto preenchimento dos formulários, bem como submeter os mesmos para o Gestor de cada órgão conforme a Figura 2 abaixo.

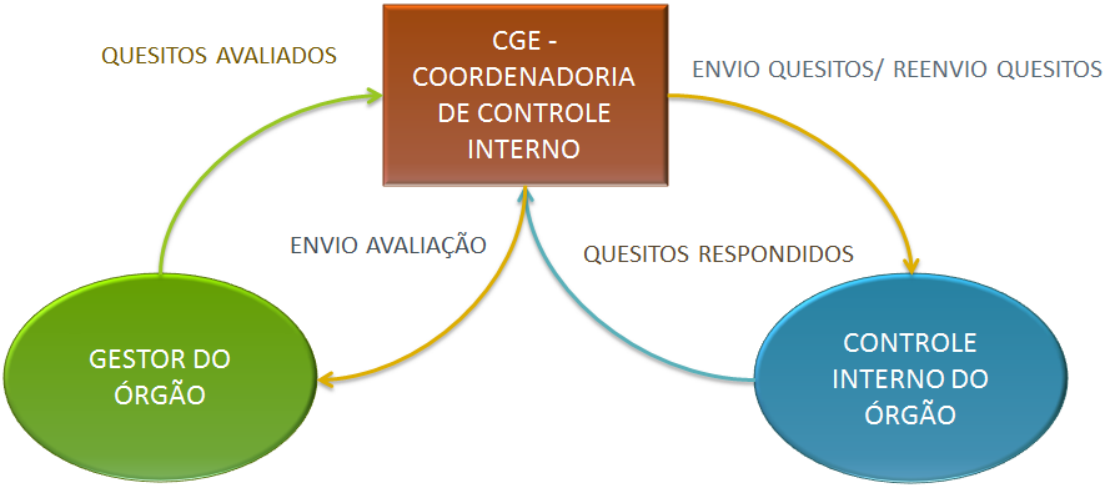

Figura 2. Esquema *Workflow* dos formulários dentro do Sistema SIAC.

Cada formulário contemplou quesitos que estão indexados em três níveis de detalhamento. O menor nível de detalhamento está divido em cinco áreas específicas como: Acompanhamento de Gestão, Administrativa, Financeira, Planejamento e Recursos Humanos. Já o segundo nível de detalhamento contempla 18 subáreas como: Administração de Materiais e Bens, Deslocamento de Servidores, Gestão da Informação e Documentos, Licitação e Contratos, quadro funcional entre outros. O último nível de detalhamento subdivide-se em 44 objetos, como: Adiantamento, Almoxarifado, Bens Móveis, Bens Imóveis, entre outros. Os quesitos somente podem ser respondidos com **SIM** e **NÂO**. Cada quesito respondido negativamente obrigatoriamente deve estar acompanhado de uma respectiva motivação do fato que caracteriza a desconformidade ou irregularidade.

O envio do formulário para o Gestor do Órgão/Entidade tem como objetivo apresentar os possíveis quesitos que caracterizam desconformidade permitindo que o mesmo apresente as devidas justificativas.

Já o trabalho realizado pelo Agente de Controle Interno, deve estar pautado no levantamento realizado nas informações, documentos, processos e itens necessários para avaliar a conformidade da situação fática em relação à

investigação proposta em cada quesito mediante prova seletiva, a partir do estabelecimento do tamanho da amostra.

A metodologia definida pela Coordenadoria de Controle Interno - CCI da Controladoria Geral do Estado – CGE, teve como escopo os procedimentos, técnicas e sistemas de controle utilizados. Estes itens foram avaliados por meio de documentos, análise física de bens, na análise do ambiente, comparativos entre previsão e execução, entrevistas com servidores, chefes de divisão e ordenador de despesas, com vistas a formar opinião sobre a suficiência ou inadequação dos controles existentes, por meio do Sistema Integrado de Avaliação de Controle – SIAC.

1.1.3 SISTEMA INTEGRADO DE AVALIAÇÃO E CONTROLE

Em consonância com a Lei nº 15.524/2007 e o Decreto nº 9.978/2014, a Gestão Estratégica do Sistema de Controle Interno tem por finalidade o acompanhamento e avaliação das atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, visando o aprimoramento, a economia, a eficiência e eficácia de todos os procedimentos adotados pela Administração Pública, bem como, aferir e estimular o cumprimento das normas legais, diretrizes administrativas, instruções normativas, estatutos e regimentos.

No exercício de 2013, foram submetidos quatro formulários específicos para cada Órgão/Entidade. O nome de cada formulário contemplava mês, ano e categoria como exemplo: FORM_04_2013_1 ou FORM_04_2013_2. Estes formulários foram categorizados da seguinte forma:

- Categoria 1. Administração Direta - Órgãos de Regime Especial
- Categoria 2. Administração Indireta - Autarquia
- Categoria 3. Administração Indireta - Serviços Sociais Autônomos e Empresas Públicas
- Categoria 4. Todos os Órgãos e Entidades.

Os objetos analisados em cada formulário encaminhado variaram no exercício de 2013 conforme a categoria acima definida.

Para a categoria 1 que contempla a Administração Direta e também os Órgãos de Regime Especial foram enviados 202 (duzentos e dois) quesitos que contemplaram os seguintes objetos:

- Normas e Regulamento Interno
- Registro
- Trâmite Processual e Arquivamento
- Veículos
- Prestação de Contas Anual
- Pagamento
- Segurança
- Sistema GMS
- Locação de Imóveis
- Licitação
- Contratação Direta

Para a categoria 2 que contempla a Administração Indireta – Autárquica foram enviados 202 (duzentos e dois) quesitos que contemplaram os seguintes objetos:

- Normas e Regulamento Interno
- Registro
- Trâmite Processual e Arquivamento
- Veículos
- Prestação de Contas Anual
- Pagamento
- Segurança
- Sistema GMS
- Locação de Imóveis
- Licitação
- Contratação Direta

E a categoria 3 que contempla a Administração Indireta – Serviços Sociais Autônomos, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e controladas, foram enviados 201 (duzentos e um) quesitos que contemplaram os objetos:

- Normas e Regulamento Interno
- Registro
- Trâmite Processual e Arquivamento
- Veículos
- Prestação de Contas Anual
- Pagamento
- Segurança
- Sistema de Materiais e Bens
- Locação de Imóveis
- Licitação
- Contratação Direta

Essa diferença na quantidade de quesitos e nos objetos enviados em cada categoria está relacionada principalmente ao regime jurídico de cada Órgão/Entidade, tendo como objetivo evitar distorções na avaliação dos controles.

É importante ressaltar que o levantamento das informações, documentos, processos e itens necessários para aferir a conformidade da situação fática em relação à investigação proposta em cada quesito, é realizado pelo Agente de Controle Interno mediante prova seletiva, a partir do estabelecimento do tamanho da amostra, conforme definido na norma ABNT NBR 5426/1985, considerando sempre um período de apuração definido para cada formulário.

Os referidos formulários estão armazenados junto ao sistema SIAC, podendo ser disponibilizados mediante solicitação a esta Controladoria Geral do Estado. E também os resultados dos levantamentos realizados, considerando o período de apuração definido para cada formulário, estão

evidenciados nas constatações consignadas nos Relatórios de cada Órgão/Entidade, com as respectivas recomendações desta Controladoria Geral do Estado.

Importante ressaltar que no exercício de 2013 iniciou-se o desenvolvimento de um projeto visando alterações para melhorias no sistema SIAC, com o objetivo de automatizar todo o trâmite de avaliação dos controles.

Na Figura 3. abaixo é possível verificar em azul a situação atual do fluxo dos formulários dentro do sistema. Já em vermelho está a proposta para o exercício de 2014, que tornará o fluxo de recomendações totalmente automatizado, permitindo assim o acompanhamento das mesmas de forma *online.* Esta nova proposta permitirá a emissão automática de relatórios gerenciais que irão compor o relatório do controle interno de prestação de contas de cada Órgão/Entidade nos exercícios futuros.

Figura 3. Proposta de alteração do trâmite do SIAC.

A nova estruturação do sistema irá permitir que o Gestor de cada Órgão/Entidade apresente de forma eletrônica um plano de ação para as recomendações exaradas pela Coordenadoria de Controle Interno. Este plano de ação será avaliado e encaminhado eletronicamente a cada Agente de Controle interno, sob a forma de *checklist*, permitindo assim o acompanhamento da execução de cada atividade do plano de ação apresentado ao Gestor.

1.1.4 AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS INSTITUCIONAIS

No exercício de 2013 a Coordenadoria de Controle Interno, além de atuar no Sistema Integrado de Avaliação e Controle – SIAC, também atuou na avaliação dos sistemas institucionais por meio de reuniões e envio de ofícios de solicitação da situação dos referidos sistemas, embora sem uma estrutura adequada de recursos materiais e número de servidores suficientes para o desempenho dos trabalhos.

1.1.4.1 Sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços

O sistema GMS é um sistema informatizado de gestão de materiais e serviços, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por meio do Departamento de Administração de Materiais – DEAM, em conjunto com a CELEPAR, inicialmente estruturado em 06 (seis) módulos, que vem sendo implantado de forma gradativa desde o ano de 2009.

Atualmente, de acordo com Ofício 224/2014 – GS/SEAP sob o protocolo 13.082.532-0, encontra-se no seguinte estágio:

Módulos Implantados:

- Catalogação de Materiais
- Cadastro de Fornecedores
- Almoxarifado
- Contratos

- Fase Interna e Externa de Procedimento Licitatório

Módulos em implantação:

- Fase externa: o pregão presencial esta em fase de homolagação previsto para o segundo semestre de 2014,
- Módulo Convênios: em estudo com desenvolvimento previsto para 2015
- Integração GMS/SIAF: Está na dependência do termino da atualização do plano de contas da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, com expectativa de conclusão ainda em 2014.

1.1.4.2 Sistema de Gestão de Contratos e Despesas Administrativas

Ainda, de acordo com Ofício 224/2014 – GS/SEAP sob o protocolo 13.082.532-0, atualmente os contratos e as despesas administrativas são lançadas pelos gestores de cada Órgão em um ferramenta disponibilizada ExpressoMail (*Workflow*), que possuí recursos para acompanhamento e auxilio nos estudos relacionados as reduções de gastos, porém não permite integração com outras ferramentas.

Para aperfeiçoar a gestão e a transparência, em 2013, foi desenvolvido pela CELEPAR em conjunto com a Secretaria de Estado de Administração e Previdência – SEAP, o módulo de contratos no sistema de gestão de materiais e serviços – GMS, o qual está homologado. A ferramenta, além de incorporar as despesas administrativas, deverá atender as necessidades do estado em ter um mecanismo de gestão e acompanhamento dos contratos firmados pelo Poder Executivo Estadual, permitindo ao usuário manter informações gerais dos contratos, cadastrar aditivos, apostilamentos, garantias, informações de pagamento, dados sobre empenhos, notas fiscais, ocorrências de fornecedores, entre outros.

As informações individualizadas por Órgão subsidiarão o controle e a elaboração de estratégias eficientes de gerenciamento de recursos públicos.

A SEAP ainda cita que está em fase de homologação o manual do usuário; após, serão estabelecidas as diretrizes de implantação do sistema, iniciando com o treinamento das equipes de usuários e gestores dos contratos. Estima-se que ainda a implantação ocorrerá já no primeiro semestre de 2014.

1.1.4.3 Sistema AAB de Bens Móveis do Estado do Paraná

O registro e o controle dos bens móveis que compõem o patrimônio, aí compreendidos os órgãos da administração e autarquias do Poder Executivo Estadual, é realizado desde 2005 por meio de um sistema informatizado que permite o controle patrimonial, denominado "Sistema AAB", o qual é gerido pela CELEPAR segundo normas, rotinas, competências e responsabilidades definidas pela Coordenadoria do Patrimônio da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP.

Tal Sistema auxiliar de controle segue a orientação estabelecida pela Resolução nº 8726/2009, bem como, pelo Decreto nº 5289/2009 o qual, para aprimorar os controles instituiu o uso da numeração única e de etiquetas com código de barras para os bens móveis, definidos como permanentes, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, sendo estabelecido prazo de seis meses, contados a partir de 13/04/2011, para a adoção da numeração única e uso das novas etiquetas, conforme dispõe o Decreto nº 1050/2011.

Segundo o Ofício 224/2014 – GS/SEAP sob o protocolo 13.082.532-0, no ano de 2013 houve a conclusão da antiga numeração para a nova sistemática de numeração única, de 12 dígitos e com a utilização de código de barras.

Foi realizada uma atualização cadastral com vistas à realização do ajuste contábil. No entanto, há necessidade de conclusão de estudo quanto à definição dos parâmetros para depreciação, que foi objetivo de tratativas com a SEFA e a SEPL, para viabilizar a atualização anual do valor patrimonial. Durante o exercício de 2014 deve avançar nesse processo, mas algumas diretrizes dependem do novo Plano de Contas do Estado prorrogado para 2015.

Atualmente os dados constantes do AAB estão preparados em um padrão que permite a sincronização com o sistema financeiro utilizado pelos grupos financeiros setoriais – GFS de cada Órgão, ajustando os dados patrimoniais com as informações financeiras, ficando obrigatórios os registros dos valores das aquisições e desincorporações no SIAF. No entanto, ainda não é possível à integração online entre os sistemas, o que exige controle manual em planilhas eletrônicas e impressos para atualização dos dados.

1.1.4.4 Sistema de Gestão Patrimonial - GPI

Conforme cita o Ofício 224/2014 – GS/SEAP sob o protocolo 13.082.532-0, umas das metas da Secretaria de Estado da Administração e Previdência – SEAP para o exercício de 2013 foi a regularização dos imóveis de propriedade do Estado do Paraná; aproximadamente 1700 imóveis foram avaliados nas regiões de Curitiba e Londrina.

Com base nesse trabalho e com o objetivo de proceder à validação dos demais imóveis pertencentes ao Estado, a Coordenadoria de Patrimônio do Estado – CPE elaborou proposta de contratação de consultoria, com recursos do empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, o que deverá ocorrer a partir de 2014.

Em 2013 foram atualizados os cadastros de 1.638 imóveis em 69 municípios nas regiões de Curitiba (36) e Londrina (33), cujos dados foram incluídos no Sistema GPI. Trabalho esse resultado da contratação da empresa ENPROL, que efetuou a atualização cadastral dos imóveis e finalizou o trabalho em setembro de 2013.

No final de 2012 foi solicitado a 43 órgãos do Estado o preenchimento de uma planilha para atualização de dados no Sistema GPI. Houve resposta de 33 órgãos, sendo que a SESP e a SEED ainda não concluíram o trabalho. Dentre os órgãos restantes, estão os outros poderes (Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Justiça) e as Universidades Estaduais.

Dessa pesquisa o número de imóveis cadastrados no Sistema GPI, teve um acréscimo de 1.317, passando de 6.196 para 7.513.

1.1.4.5 Sistema Central de Viagens

A central de viagens é um sistema controlado pelo Departamento de Transporte Oficial – DETO, vinculado a Secretaria de Estado da Administração e Previdência – SEAP, por meio do Art. 4º do Decreto nº 3.498/2004 que dispõe:

> Art. 4º. Fica atribuída à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, a responsabilidade pela administração das atividades relacionadas com viagens de interesse do Estado realizadas pelos Órgãos da administração direta e autárquica, de forma a obter padrões econômicos de desempenho e informações gerenciais.

Este sistema tem como objetivo dotar a administração pública estadual do Poder Executivo de um sistema gerencial de programação, execução, controle e avaliação de viagens efetuadas por servidores públicos, ou outras pessoas que se deslocarem em viagem quando do interesse do Estado. O sistema "Central de Viagens" abrange atualmente a Administração Direta, Indireta e Autárquica no que se refere ao controle com viagens, tendo como arcabouço legal o Decreto nº 3.488/2001 que define no seu Art. 7º:

> Art. 7º. Fica instituído o sistema informatizado "Central de Viagens", com o objetivo de consolidar, acompanhar e controlar os processos de concessão, liberação e prestação de contas de despesas relativas a viagens de servidores públicos e de pessoas quando a serviço do Estado.

Conforme cita o Ofício 224/2014 – GS/SEAP sob o protocolo 13.082.532-0, em 2013 foi instalado o Sistema Central de Viagens em 86 unidades, o que demandou esforços da equipe quanto ao suporte às mesmas. A utilização do cartão Corporativo proporciona maior controle sobre as despesas com viagens e a redução de custos de passagens, além de diminuir o volume de

adiantamentos. Dentre as unidades que passaram a integrar o sistema, merece destacar as regionais da ADAPAR, Polícias Civil e Militar.

As novas funcionalidades mais significativas do sistema estão a seguir descritas:

- Primeiro cadastro massificado de cartões corporativos NCV;
- Evolução dos bloqueios para correção de inconsistências no CPF dos usuários;
- Bloqueio de inclusão de empenhos para GFS com pendências dentro do sistema;
- Criação de órgão sigiloso;
- Bloqueio de visualização de solicitações de outros órgãos;
- Melhoria do processo de inclusão de novos detalhes de viagens na aprovação da chefia direta;
- Revisão de erros nos órgãos com configurações distorcidas junto à agência de viagens; Alteração dos e-mails gerados na aprovação de passagens áreas;
- Melhoria no tratamento de erros de remessas dos cartões corporativos;
- Correção do processamento interno e revisão de inconsistências de cálculo de saldo de empenho;
- Inclusão de data de validade da passagem na tela de aprovação do financeiro;
- Criação de extrato de uso do cartão corporativo para auxiliar a conferências dos gastos com cartões corporativos;
- Revisão de processos e conceitos de remessas VIP-634 e VIP-636 para recuperação pela DIPRO;
- Criação de telas para mostrar erros de remessas e cartões “presos”, por meio da tela processo autorização – melhoria de usabilidade para o financeiro de cada Órgão;
- Ampliação de estrutura de servidores para comportar a SESP.

- Correção do problema de balanceamento de carga para corrigir perda de sessões de usuários – problema generalizado na SEED;
- Validação de viajantes do Estado com o cadastro do Instituto de Identificação do Paraná para cada viajante;
- Criação de novas validações de CPF´s e RG´S;
- Inclusão de data de atualização e base de origem na pesquisa de viajantes;

1.1.4.6 Sistema de Gestão de Pessoal - META4

Ainda de acordo com o Ofício 224/2014 – GS/SEAP sob o protocolo 13.082.532-0, desde sua implantação há 10 anos, o sistema META4, utilizado na geração de folha de pagamento, não recebeu manutenção quanto a sua atualização tecnológica e vinha apresentando algumas inconsistências de desempenho comparado a versão atualizada em uso.

No ano de 2013, as atividades programadas da atualização do sistema de gestão de RH META4 concentraram-se na atualização do software para 7.1, e com isso a homologação pelos usuários da fidelidade de resultados na utilização do sistema.

Além das atividades desenvolvidas no mesmo processo, cabe mencionar a realização da capacitação e divulgação da nova versão e o cronograma do projeto de forma presencial pela equipe do Departamento de Recursos Humanos, vinculado a SEAP, atingindo usuários da cidade de Curitiba e dos cinco polos de Recursos Humanos no interior do estado, levando assim o conhecimento do projeto a um público aproximado de 400 usuários do sistema em todo Estado.

Para homologação da primeira etapa de atualização, realizou-se 1020 testes de funcionalidade da nova versão do sistema, efetuados por servidores dos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e na sequencia da gestão do projeto, iniciou-se o planejamento de reescrita das regras que fazem parte do novo motor da folha de pagamento para execução dos cálculos de

pagamento, atividade que deverá ser entregue para testes e homologação em meados de 2014.

Atualmente a CELEPAR, responsável pela manutenção e desenvolvimento na área de TI do META4 passa por treinamento dos técnicos e ampliação do seu quadro para atuarem com o software atualizado, oportunizando maior agilidade para as intervenções previstas e demandadas na gestão de RH. Em 2013 as manutenções não se fizerem possíveis, pelo volume necessário de tempo para tais atividades, que em alguns itens solicitados ou previstos ultrapassavam uma carga horária de trabalho de 3000 horas (porte médio), e somado a este tempo, há o desconhecimento técnico para operacionalizar no modelo atualizado tecnologicamente.

Com essas ações concluídas, o Governo do Estado por meio da Secretaria da Administração e da Previdência no que tange os servidores ativos, inativos e pensionistas começará a atuar com uma ferramenta de gestão atualizada para a implantação de Políticas Públicas na Gestão de RH dentro de uma plataforma com desempenho que garante integração com diversos sistemas da sociedade pública e privada do País.

Durante o ano de 2013 os avanços foram focados no equilíbrio da tecnologia que era utilizada para uma tecnologia atualizada e preparada em um ambiente adequado para o sistema e suas futuras evoluções. Já para o exercício de 2014 pretende-se direcionar atividades relacionadas ao planejamento estratégico de utilização racional e produtiva do sistema, buscando maior desempenho do software e suas funcionalidades com integrações a outros sistemas.

1.1.4.7 Sistema de Acompanhamento de Indicadores - SIGAME

Conforme o Ofício 050/GS – SEPL e a Informação 006/2014 sob o protocolo 13.085.064-2, durante o exercício de 2013, a Coordenação de Monitoramento e Avaliação - CMA direcionou seus esforços para a melhoria do acompanhamento físico e financeiro do orçamento no Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME). No entanto, em

decorrência do contido na Lei Estadual nº 17.746 de 30 de outubro de 2013 e no Decreto Estadual nº 9.459 de 29 de novembro de 2013, o acompanhamento da Lei Orçamentária e a elaboração do Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento, passaram a ser de competência da SEFA. Também foram realizadas melhorias no Acompanhamento dos Indicadores e Metas que compõem os Programas do PPA. Algumas melhorias estão listadas, de forma resumida:

- Preparação da sincronização LOA-PPA para o exercício de 2013;
- Sincronização da LOA 2013 e suas alterações durante a execução;
- Ajuste na transferência de recursos de Iniciativas na Sincronização do PPA com a LOA;
- Sincronização do PPA com a LOA 2013 - ajuste na carga dos recursos da LOA para os meses anteriores à inclusão das iniciativas novas;
- Sincronização do PPA com a LOA 2013 - ajustes para inclusão do órgão SEEG;
- Sincronização do PPA com a LOA 2013 - ajustes nos filtros das telas de acompanhamento para tratar diferentes exercícios;
- Sincronização do PPA com a LOA 2013 - ajustes nos filtros e nos relatórios para tratar diferentes exercícios;
- Sincronização do PPA com a LOA 2013 - ajuste na transferência de recursos;
- Tela de Investimentos - melhorias gerais;
- Ajustes e testes na tela de Investimentos das Empresas para a LOA 2013;
- Envio de aviso por e-mail para preenchimento dos investimentos;
- Envio de aviso por e-mail para preenchimento dos indicadores;
- Acompanhamento dos Indicadores ajustes para justificativa e valores não apurados;
- Padronização da ordenação das regiões nas telas que exibem as Metas do PPA;
- Melhorias no sistema para facilitar a navegação e inclusão de

informações;

- Relatório de acompanhamento do PPA: regras de integralização de capital; inclusão dos valores da categoria Reserva de Contingência; Quadro de justificativa;
- Desenvolvimento do relatório de acompanhamento de metas e indicadores do PPA;
- Conferência de valores em relação aos sistemas de orçamento do COP; melhorias no relatório de acompanhamento do PPA (regra de exibição do campo Órgão Responsável; preenchimento com zeros nos quadros de metas; soma dos recursos de iniciativas excluídas nos quadros de recursos de programas; título do relatório e outros);
- Alterações do acompanhamento de Metas do PPA (adição de municípios não previstos, filtro por programa, mês de dezembro default, pop-up com tamanho fixo e outras);
- Alterações em suporte ao acompanhamento de ações e obras e ao acompanhamento de metas (criação de histórico de responsáveis por cada posição e criação de nova situação);
- Desenvolvimento de telas de bloqueio de acompanhamento e outras alterações de suporte ao acompanhamento 2012;
- Padronização das telas de geração dos relatórios de acompanhamento com adição dos campos "Mostrar data/hora" e "Inicio Numeração";
- Conferência e melhorias (somas com números decimais no quadro de metas e indicadores não apurados) do relatório de acompanhamento do PPA;
- Inclusão da coluna "Polaridade" no relatório de acompanhamento do PPA e mudança da fórmula de cálculo do percentual de execução de indicadores;
- Melhorias no relatório de acompanhamento do PPA: textos "Justificativa" e "Parecer" justificados; cálculo de percentagem de execução das metas; formatação dos percentuais de execução de metas com uma casa decimal e separador de milhar;

- Implementação da tela de gerenciamento de períodos de acompanhamento;
- Adaptação para o usuário com perfil secretário e ajustes diversos de layout;
- Definição da funcionalidade de revisão do PPA;
- Correções decorrentes de alterações da LOA;
- Funcionalidade para incorporar as alterações do PPA feitas pela LDO 2014;
- Alterações da LDO - Criação do script de inclusão das alterações dos indicadores no banco de dados; ajustes na tela e no relatório de acompanhamento de Metas;
- Alterações da LDO - Ajustes na tela de cadastro de Metas; ajustes no Relatório de Acompanhamento do PPA para o quadro de Indicadores; ajustes nos relatórios PPA Lei e PPA Detalhado para o quadro de Indicadores;
- Alterações da LDO - Ajustes na tela de cadastro e acompanhamento dos Indicadores; levantamento de requisitos para definição das cores para os quadros alterados; definição dos quadros dos Indicadores alterados pela LDO;
- Desenvolvimento do Relatório AFF - levantamento de requisitos, prototipação, definições, homologação, conferência, implementação, melhorias;
- Relatório AFF - Tela para acesso pelos GPS´s;
- Relatório AFF - Layout, porcentagens e campo produto para Ações Adicionais;
- Relatório AFF - Layout para gerar versão final do relatório;
- Relatório AFF - Filtro por unidade orçamentária e tipo de administração;
- Relatório AFF - opção de data e hora e numeração de página;
- Relatório AFF - Testes e conferência dos valores com a LOA;
- Melhoria do fluxo de posições do trâmite de acompanhamento de ações e obras;

- Listagem de ações concluídas/canceladas não liberadas pelo GPS. Elaboração de script para torná-las liberadas, dando continuidade ao processo de acompanhamento;
- Geração de planilha para comparação do campo caracterização da iniciativa no PPA com a LOA;
- Alterações na listagem de ações e obras do acompanhamento; melhoria da validação do acompanhamento de ações e obras de forma a garantir a integridade das quantidades lançadas em relação às regras de cumulatividade;
- Adaptação no acompanhamento da LOA para permitir a liberação de ações e obras quando do cancelamento ou conclusão;
- Implementação de funcionalidade para permitir a inclusão de quantidades adicionais às ações/obras existentes;
- Revisão e preparação dos códigos de carregamento de ações e obras da LOA, com vistas à carga de 2013;
- Implementação da tela de datas limite de acompanhamento e da tela de manutenção de períodos;
- Melhorias no menu das telas de acompanhamento: acrescentar "Nº da iniciativa:" ao lado da caixa de texto para indicar o nº da iniciativa diretamente; acrescentar "Nº do programa:" ao lado da caixa de texto para indicar o nº do programa diretamente;
- Alteração para permitir que o perfil “Consulta por Órgão”;
- Geração de listagem dos recursos de capital 2013;
- Mostrar motivo da invalidação para a CMA conferir após a correção do responsável;
- Permitir preenchimento para compromissos retornados após data limite expirada;
- Criação de tela para alteração de data limite;
- Telefone e e-mail do responsável na tela de acompanhamento;
- Rotina para atualização de telefones a partir do sistema de segurança Sentinela;

- Conferência produtos das ações e obras do SIGAME comparadas ao e-COP;
- Carga dos produtos das obras na LOA 2013 e 2014; entre outras;

1.1.4.8 Sistema - SIAF

De acordo com a Informação nº 215/2014 da Divisão de Contabilidade Geral – DICON sob o protocolo nº 13.126.334-1, a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA vem trabalhando nos avanços e melhorias no Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro – SIAF, para adequação ao PCASP a partir de janeiro de 2015.

Segundo a SEFA, o novo plano de contas do Estado do Paraná já está concluído, e o mesmo encontra-se na fase de elaboração dos "eventos contábeis" – lançamentos automáticos; Previsão de conclusão até julho de 2014, para implementação gradativa dentro do sistema SIAF.

Após esta etapa, será iniciada a preparação dos demonstrativos contábeis, pois no inicio de 2015 o Balanço Geral do Estado já deverá estar adaptado às novas normas da STN.

Paralelamente busca-se a preparação do SIAF para integração com diversos outros sistemas visando melhoria na qualidade da informação contábil, por exemplo, há estudos de integração do SIAF/SEFA com o GMS/SEAP que gerencia as licitações, o almoxarifado e os contratos; o mesmo ocorre com o sistema AAB que gerencia os bens móveis.

Outra frente de trabalho está relacionada com a SEFA/CRE onde se busca a integração da contabilidade com os sistemas da Arrecadação Tributária, Divida Ativa, Créditos Tributários a Receber, IPVA, ITCM, etc.

Após a implementação da nova contabilidade pública no SIAF, e ainda com base na Informação da DICON, ocorrerá uma modernização mais profunda nos sistemas contábil e financeiro do Estado; para tanto, iniciou-se o mapeamento de processos internos para subsidiar a contratação de novo sistema para substituir o SIAF.

1.1.4.9 Sistema e-ORG – Estrutura Organizacional do Estado do Paraná

Tendo como base o Ofício 050/GS – SEPL sob o protocolo 13.085.064-2, o sistema e-ORG apresenta a estrutura organizacional do Estado do Paraná. Em 2013 houve a sequencia da manutenção dos dados conforme as manutenções ocorridas na estrutura ao longo do ano.

Ajustes necessários na operacionalização do sistema também ocorrem a fim de viabilizar a disponibilização de informações a população, pois neste ano, no segundo semestre, foi lançada a versão pública do sistema, havendo a inclusão da categoria "estrutura organizacional" no sítio eletrônico da transparência de todos os órgãos/ entidades estaduais.

Portanto, dessa forma, o cidadão tem acesso disponível, numa navegação intuitiva, à descrição das competências de todas as unidades e subunidades organizacionais do Estado conforme os atos formais que as regem, e, além disso, pode consultar a legislação organizacional indexada por Órgão, visualizar seu organograma e ter acesso aos dados de contato como endereço, telefone e e-mails institucionais.

Na versão interna do sistema além das alterações na estrutura organizacional, houve a manutenção dos dados referentes ao quantitativo de cargos de provimento em comissão do Poder Executivo e também o monitoramento da titularidade dos cargos de Direção e Assessoramento "DAS" e responsabilidade pelas chefias pelos Órgãos/Entidades e suas unidades/subunidades.

Com a extinção de 1000 cargos de provimento e instituição das Funções de Gestão Pública pela Lei nº 17.744/2013, iniciaram-se as etapas de ajuste ao sistema a fim de adequá-lo a nova demanda.

É o Relatório.

Curitiba, 31 de março de 2014.

Carlos Eduardo de Moura

Controlador Geral do Estado

Guilherme A. Santos
Chefe da Coordenadoria de Controle Interno

Emir Carlos Grassani
Assessor

Fernando Barbalho
Assessor

Osmar Alves Baptista Junior
Assessor

PODER EXECUTIVO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Relatório do Controle Interno

Exercício de 2013
Artigo 3º
Inciso IV
Alínea b)

31/03/2014

Controladoria Geral do Estado

Coordenadoria de Controle Interno

SUMÁRIO

1.0 ANÁLISE DO PPA 3
1.1 Metas previstas no PPA..... 7
1.2 Indicadores do PPA 9
1.3 Programas de Governo..... 14

Este tópico apresenta uma análise em relação ao cumprimento das metas previstas para o exercício de 2013, bem como a análise dos indicadores e da execução dos Programas de Governo (Finalísticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado) previstos no Plano Plurianual 2012-2015. Quanto à análise dos Orçamentos, de que trata o § 6º do art. 133 da Constituição Estadual, encontra-se no relatório referente ao atendimento da alínea c, do inciso IV, do art. 3º, da Instrução Normativa nº 91/2013-TCEPR.

1.0 ANÁLISE DO PPA

O PPA tem como princípios básicos a identificação clara dos objetivos e prioridades do Governo Estadual; organização dos propósitos da administração estadual em programas; integração do +,plano com o orçamento, por meio dos Programas e Iniciativas; e a transparência das ações de governo.

O Plano Plurianual do Paraná para o período 2012 a 2015, influenciado pelo planejamento estratégico adotado pela União na concepção do seu PPA, foi elaborado com a adoção de uma nova proposta, incorporando parte das novas orientações do Governo Federal, adaptando-o às especificidades do nosso Estado.

O sentido geral das mudanças é a busca por um caráter mais estratégico para o Plano, criando condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas. Além disso, define os espaços de atuação do Plano e do Orçamento, e qualifica a comunicação com a sociedade, buscando a transparência de suas ações.

As categorias a partir das quais o Plano se organiza foram redesenhadas, sendo o Programa desdobrado em Iniciativas e Metas, além de evidenciar as Principais Propostas definidas nas Metas de Governo.

A integração do Plano com o Orçamento se dará no nível dos Programas e das Iniciativas, as quais possuem uma meta que traduz os resultados esperados no final do quadriênio.

Integram o presente Plano os seguintes Programas:

I – Programas Finalísticos

Instrumentos que articulam um conjunto de Iniciativas (orçamentárias e não orçamentárias), para alcançar os resultados desejados, em conformidade com a agenda de governo.

II – Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Instrumentos que classificam um conjunto de Iniciativas destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como aquelas não tratadas nos Programas Finalísticos. Contemplam as Iniciativas dos Outros Poderes e Ministério Público.

III – Obrigações Especiais

Representam o detalhamento da função Encargos Especiais, enquadrando as despesas relativas a proventos de inativos, pagamento de sentenças judiciais, precatórios, PIS/PASEP, amortização, juros e encargos das dívidas pública interna e externa, reserva de contingência, etc.

O Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015 foi instituído pela Lei 17.013/2011, e conta em sua estrutura com 21 Programas Finalísticos, 04 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, além das Obrigações Especiais, descrito abaixo:

Programas Finalísticos

01 Acesso à Justiça (responsabilidade da Defensoria Pública do Estado)

02 Desenvolvimento das Cidades

03 Desenvolvimento Integrado da Cidadania / PDI-Cidadania

04 Desenvolvimento Rural Sustentável e Abastecimento

05 Desenvolvimento Sustentável do Turismo

06 Educação para Todos

07 Energia

08 Excelência no Ensino Superior

09 Inova Educação

10 Morar Bem Paraná

11 Paraná Competitivo

12 Paraná Inovador

13 Paraná Seguro

14 Paraná Sustentável

15 Paraná tem Cultura

16 Paraná: Esporte, Lazer e Atividade Física

17 Proteção e Desenvolvimento Social

18 Rede Paraná Multimodal de Transportes e Logística

19 Saúde para todo Paraná

20 Trabalho, Emprego e Empreendimentos Solidários

21 Universalização do Saneamento Básico

Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

40 Gestão Estratégica

41 Gestão Administrativa

42 Gestão de Serviços

43 Gestão Institucional - Outros Poderes e Ministério Público

Obrigações Especiais

99 Obrigações Especiais

Compõem, ainda, 370 Iniciativas, envolvendo 28 órgãos, 122 Unidades Orçamentárias, que irão orientar todas as ações nas diferentes áreas de atuação, para a manutenção e o desenvolvimento estadual. Para o Poder Executivo, são 361 iniciativas de Programas Finalísticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, além de 193 metas físicas previstas.

No PPA 2012-2015 foram atribuídos para todos os Programas Finalísticos e o Programa de Gestão Estratégica um total de 69 (sessenta e nove) indicadores, incluindo o índice relativo às ações da Defensoria Pública do Paraná – DPP, divididos em 66 indicadores de Programas Finalísticos e 03 de Gestão, Manutenção e Serviços do Estado, com índices de referência fixados

no início do PPA e índices previstos para o final de cada exercício e para todo o período, permitindo, com isso, fazer uma avaliação do desempenho de cada programa e das políticas e ações de governo.

Nas tabelas 1 e 2 abaixo, podemos verificar a distribuição, por Programa de Governo, das quantidades dos indicadores, iniciativas e metas físicas, para as ações de responsabilidade do Poder Executivo.

TABELA 1 – Programas de Governo Finalísticos - Indicadores, Iniciativas e Metas - PPA 2012-2015 - Poder Executivo

Programa de Governo	Órgão Responsável	Indicadores	Iniciativas	Metas
Desenvolvimento das Cidades	SEDU	3	7	6
Desenvolvimento Integrado da Cidadania / PDI-Cidadania	SEJU	2	6	4
Desenvolvimento Rural Sustentável e Abastecimento	SEAB	1	23	12
Desenvolvimento Sustentável do Turismo	SETU	2	5	5
Educação para Todos	SEED	6	4	4
Energia	SEEG	1	8	4
Excelência no Ensino Superior	SETI	13	36	29
Inova Educação	SEED	6	8	7
Morar Bem Paraná	SEEG	2	10	4
Paraná Competitivo	SEIM	1	7	5
Paraná Inovador	SETI	2	4	3
Paraná Seguro	SESP	1	25	21
Paraná Sustentável	SEMA	2	17	16
Paraná tem Cultura	SEEC	2	5	4
Paraná: Esporte, Lazer e Atividade Física	SEES	1	2	2
Proteção e Desenvolvimento Social	SEDS	6	12	10
Rede Paraná Multimodal de Transporte e Logística	SEIL	5	11	9
Saúde para todo Paraná	SESA	6	17	13
Trabalho, Emprego e Empreendimentos Solidários	SETS	2	4	4
Universalização do Saneamento Básico	SEEG	1	12	5
TOTAL		**65**	**223**	**167**

Fonte: Relatório Acompanhamento do Plano Plurianual 2012-2015 – Exercício de 2013 – SEPL/CMA

TABELA 2 – Programas de Governo de Gestão, Manutenção e Serviços - Indicadores, Iniciativas e Metas - PPA 2012-2015 - Poder Executivo

Programa de Governo	Indicadores	Iniciativas	Metas
Gestão Administrativa	0	37	0
Gestão de Serviços	0	55	0
Gestão Estratégica	3	46	26
TOTAL	**3**	**138**	**26**

Fonte: Relatório Acompanhamento do Plano Plurianual 2012-2015 – Exercício de 2013 – SEPL/CMA

1.1 Metas previstas no PPA

O acompanhamento do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015 (PPA 2012-2015), aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011, e atualizações, é realizado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), por meio do Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME), sendo a Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA) a responsável pelo gerenciamento do sistema, no âmbito do Plano.

O processo de acompanhamento do PPA 2012-2015, referente ao exercício de 2013, foi coordenado pela CMA em articulação com as unidades setoriais responsáveis pelas atribuições da área de planejamento dos diversos órgãos e entidades do governo estadual, e compreende a aferição e a análise dos resultados alcançados pelos Programas.

Além disso, é um instrumento gerencial que contribui para o aperfeiçoamento contínuo da gestão dos programas que integram o Plano e os Orçamentos Anuais. Os resultados obtidos, também irão subsidiar a revisão do PPA 2012-2015, contribuindo para a melhoria do processo de planejamento estadual.

Conforme relatório Acompanhamento do Plano Plurianual 2012-2015, elaborado pela SEPL/CMA, e visualizada na tabela 3 abaixo, no exercício de 2013, das 202 Iniciativas com metas acompanhadas foram obtidos os seguintes resultados: 101 metas ficaram entre 70% e 130% de execução física, correspondente à metade do total de iniciativas; 30 metas ficaram acima de 130%, o que corresponde a 14,85%; 38 ficaram abaixo de 70%, relativo a 18,81%; e 33 tiveram execução física igual a zero (16,34% do total de iniciativas).

TABELA 3 – Execução das Iniciativas com Metas Acompanhadas - Poder Executivo – Exercício de 2013

Execução	Quantidade	% do total
0%	33	16,34%
De 0 a 70%	38	18,81%
De 70 a 130%	101	50,00%
Acima de 130%	30	14,85%
TOTAL	**202**	**100,00%**

Fonte: Relatório Acompanhamento do Plano Plurianual 2012-2015 – Exercício de 2013 – SEPL/CMA

Conforme demonstrado na tabela 4 abaixo, em relação à situação – estágio em que se encontra - dessas Iniciativas, 75 se encontram em Andamento Normal, ou seja, 37,13% do total; 84 Realizadas no Exercício, que corresponde a 41,58%; 19 Não Iniciadas, relativo a 9,41%; 16 Atrasadas (7,92%), 04 Paralisadas, correspondente a 1,98%; 03 em Projeto (1,49%) e apenas 01 Concluída (0,5%).

TABELA 4 – Estágio das Iniciativas com Metas Acompanhadas - Poder Executivo – Exercício de 2013

Estágio	Quantidade	% do total
Andamento Normal	75	37,13%
Realizadas no Exercício	84	41,58%
Não Iniciadas	19	9,41%
Atrasadas	16	7,92%
Paralisadas	4	1,98%
Em Projeto	3	1,49%
Concluída	1	0,50%
TOTAL	**202**	**100,00%**

Fonte: Relatório Acompanhamento do Plano Plurianual 2012-2015 – Exercício de 2013 – SEPL/CMA

1.2 Indicadores do PPA

Podemos observar na tabela 5 os indicadores definidos no PPA 2012-2015 das ações do Poder Executivo, seus valores ou índices previstos e apurados no final do exercício de 2013, segregados por Programa de Governo e Órgão Responsável, conforme dados coletados junto ao SIGAME – Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual.

Vale destacar aqui que, ao analisarmos os indicadores definidos no Plano Plurianual 2012-2015, identifica-se que alguns deles são apenas metas físicas a serem atingidas, não contribuindo, portanto, para que se possa medir o desempenho de políticas ou de programas governamentais.

Observa-se, portanto, que dos 68 indicadores integrantes do PPA 2012-2015, relativos às ações do Poder Executivo, não foram apurados 9 indicadores, sendo apurados consequentemente 59 indicadores.

Nota-se que dos 59 indicadores apurados no final do exercício de 2013, 38 deles, ou 55%, alcançaram a meta ou o índice estabelecido para o exercício, ou seja, tiveram desempenho igual ou maior que 100% da meta prevista. Consequentemente, 21 indicadores não atingiram a meta estabelecida para o exercício de 2013.

Observa-se, ainda, que dos 21 indicadores que não atingiram a meta prevista para 2013, apenas um deles teve índice apurado abaixo de 70%, ou seja, apenas 2% de todos os índices apurados tiveram um desempenho baixo, conforme critério estabelecido por esta Controladoria, sendo que outros 9 indicadores apurados (15% do total) tiveram índices de desempenho de 70 a 90%, e os 11 indicadores restantes (19%) obtiveram desempenho acima de 90%.

TABELA 5 – Indicadores PPA 2012-2015 - Poder Executivo - apurados em 2013

Indicador	Programa	Órgão Resp.	Unidade	Previsto para 2013	Realizado em 2013	% Atingimento
Auxílio aos Municípios na Implantação de Infraestrutura Urbana	Desenvolvimento das Cidades	SEDU	%	5	926,98	18539,60%
Disponibilidade de Armazenamento de Redundância de Dados - Backup	Gestão Estratégica		terabyte	387	1.930	498,71%
Expansão da Frequência de Público em Espaços Culturais sob Responsabilidade da SEEC	Paraná tem Cultura	SEEC	%	14	35,30	252,14%
Publicações B1 de Pesquisadores Paranaenses	Excelência no Ensino Superior	SETI	unidade	1.600	3.459	216,19%
Publicações A2 de Pesquisadores Paranaenses	Excelência no Ensino Superior	SETI	unidade	800	1.588	198,50%
Municípios com CONSEA em funcionamento	Proteção e Desenvolvimento Social	SEDS	unidade	60	102	170,00%
Publicações A1 de Pesquisadores Paranaenses	Excelência no Ensino Superior	SETI	unidade	500	804	160,80%
Mecanismos de Segurança de Dados dos Sistemas em Uso	Gestão Estratégica		%	50	80,00	160,00%
Contratos de Exploração de Patentes e Fornecimento de Tecnologia	Paraná Inovador	SETI	unidade	450	717	159,33%
Programas de Pós-Graduação com Conceitos 6 e 7	Excelência no Ensino Superior	SETI	percentual	2	3,53	147,08%
Razão da Mortalidade Materna	Saúde para todo Paraná	SESA	razão	59	40,12	147,01%
Publicações B2 de Pesquisadores Paranaenses	Excelência no Ensino Superior	SETI	unidade	1.600	2.190	136,88%
Movimentação de Passageiros nos Aeroportos - Embarque e Desembarque	Rede Paraná Multimodal de Transporte e Logística	SEIL	unidade	8.354.374	11.003.407	131,71%
Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social Acompanhadas pelo Programa Família Paranaense	Proteção e Desenvolvimento Social	SEDS	%	5	6,46	129,20%

Capacidade de Storage - Armazenamento de Dados	Gestão Estratégica		terabyte	229	284	124,02%
Dissertações Defendidas e Aprovadas nos Programas de Pós-Graduação	Excelência no Ensino Superior	SETI	unidade	3.200	3.959	123,72%
Presos em Escolarização no Sistema Penitenciário - nas modalidades presencial e à distância.	Desenvolvimento Integrado da Cidadania / PDI-Cidadania	SEJU	unidade	5.000	6.040	120,80%
Programas de Pós-Graduação com Conceitos 4 e 5	Excelência no Ensino Superior	SETI	percentual	51	61,00	120,55%
Valor Bruto da Produção (VBP)	Desenvolvimento Rural Sustentável e Abastecimento	SEAB	R$/bilhões	45	54,01	120,02%
Instituições com Índice Geral de Cursos - IGC 4	Excelência no Ensino Superior	SETI	percentual	70	83,30	119,00%
Taxa de Mortalidade por Causas Externas, Exceto Violência	Saúde para todo Paraná	SESA	coeficiente	48	40,10	118,45%
Adolescentes Inseridos nos Centros de Socioeducação com Plano Personalizado de Atendimento Aprovado	Proteção e Desenvolvimento Social	SEDS	%	70	82,00	117,14%
Total de Importação	Rede Paraná Multimodal de Transporte e Logística	SEIL	tonelada	14.700.000	17.042.636	115,94%
Reincidência de Adolescentes nos Centros de Socioeducação	Proteção e Desenvolvimento Social	SEDS	%	25	22,00	113,64%
Número de empregos formais no segmento turístico	Desenvolvimento Sustentável do Turismo	SETU	unidade	120.617	136.475	113,15%
Movimentação de Cargas	Rede Paraná Multimodal de Transporte e Logística	SEIL	tonelada	42.000.000	46.138.941	109,85%
Número de estabelecimentos do ramo de turismo	Desenvolvimento Sustentável do Turismo	SETU	unidade	18.053	19.774	109,53%
Taxa de Mortalidade Infantil Neonatal	Saúde para todo Paraná	SESA	taxa	8	7,60	109,47%
Número de Atletas Atendidos em Competições Oficiais	Paraná: Esporte, Lazer e Atividade Física	SEES	unidade	121.915	131.581	107,93%
Participação do Paraná nas Exportações Nacionais	Paraná Competitivo	SEIM	%	7	7,53	107,26%
Taxa de Mortalidade por Doenças Cardio e Cerebrovasculares na Faixa Etária de 0 a 69 anos	Saúde para todo Paraná	SESA	coeficiente	77	73,20	105,48%
Total de Exportação	Rede Paraná Multimodal de Transporte e Logística	SEIL	tonelada	27.300.000	28.712.735	105,17%
Taxa de Homicídio Doloso por 100 mil Habitantes	Paraná Seguro	SESP	razão	25	23,30	105,15%
Presos em Atividade Laboral	Desenvolvimento Integrado da Cidadania / PDI-Cidadania	SEJU	unidade	5.000	5.215	104,30%
Teses de Doutorado Defendidas e Aprovadas nos Programas de Pós-Graduação	Excelência no Ensino Superior	SETI	unidade	530	550	103,77%
Taxa de Mortalidade Infantil	Saúde para todo Paraná	SESA	taxa	11	10,98	102,91%
Municípios com IGDM Acima da Média Estadual	Proteção e Desenvolvimento Social	SEDS	%	95	96,00	101,05%

Condições de Trafegabilidade	Rede Paraná Multimodal de Transporte e Logística	SEIL	%	90	90,48	100,53%
Taxa de Analfabetismo Funcional de Pessoas com 10 Anos ou Mais de Idade (até 4 anos de estudo)	Educação para Todos	SEED	%	17	16,78	98,33%
Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Fundamental de 9 Anos	Educação para Todos	SEED	%	95	93,40	97,90%
Instituições com Índice Geral de Cursos - IGC 3	Excelência no Ensino Superior	SETI	percentual	17	16,60	97,65%
Ampliação do Atendimento de Esgoto	Universialização do Saneamento Básico	SEEG	%	67	64,00	95,52%
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	Energia	SEEG	MW	4.984	4.756	95,43%
Taxa de Aprovação - Anos Finais do Ensino Fundamental da REE	Inova Educação	SEED	%	87	82,00	94,36%
Média do Resultado da Prova Brasil - Anos Finais do Ensino Fundamental da REE	Inova Educação	SEED	unidade	5	4,93	93,90%
Taxa de Aprovação - Ensino Médio da REE	Inova Educação	SEED	%	84	78,70	93,80%
Taxa de Mortalidade Infantil Pós-neonatal	Saúde para todo Paraná	SESA	taxa	3	3,37	93,18%
Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Médio	Educação para Todos	SEED	%	66	59,80	91,16%
Taxa de Analfabetismo de Pessoas com 15 Anos ou Mais de Idade	Educação para Todos	SEED	%	5	5,30	90,57%
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Anos Finais do Ensino Fundamental da REE	Inova Educação	SEED	unidade	5	4,00	86,96%
Média Resultado da Prova Brasil - Ensino Médio da REE	Inova Educação	SEED	unidade	5	4,46	86,60%
IDEB - Ensino Médio da REE	Inova Educação	SEED	unidade	4	3,70	84,09%
Docentes das IES Estaduais com Título de Mestre	Excelência no Ensino Superior	SETI	percentual	39	32,43	84,02%
Docentes das IES Estaduais com Título de Doutor	Excelência no Ensino Superior	SETI	percentual	57	48,00	84,00%
Trabalhador Colocado no Mercado de Trabalho	Trabalho, Emprego e Empreendimentos Solidários	SETS	%	13	10,00	76,92%
Docentes com Bolsa Produtividade	Excelência no Ensino Superior	SETI	unidade	500	376	75,20%
Taxa de Distorção Idade-Série dos Anos Finais do Ensino Fundamental da REE	Educação para Todos	SEED	%	16	21,90	72,15%
Taxa da Distorção Idade-Série do Ensino Médio da REE	Educação para Todos	SEED	%	18	24,80	70,56%
Expansão na Aplicação de Recursos para o Fomento das Atividades Culturais	Paraná tem Cultura	SEEC	%	1	0,24	28,24%
Gestões Urbanas Consorciadas (por contrato)	Desenvolvimento das Cidades	SEDU	%	5	-	-
Planos Elaborados nas Diversas Áreas do Planejamento Urbano e Regional	Desenvolvimento das Cidades	SEDU	unidade	49	-	-

Déficit Habitacional Rural	Morar Bem Paraná	SEEG	unidade	26.579	-	-
Déficit Habitacional Urbano	Morar Bem Paraná	SEEG	unidade	179.069	-	-
Centros Vocacionais Tecnológicos	Paraná Inovador	SETI	unidade	16	-	-
Bacias Hidrográficas com Plano de Gestão	Paraná Sustentável	SEMA	unidade	6	-	-
Microrregiões com Plano de Gestão de Resíduos Sólidos	Paraná Sustentável	SEMA	unidade	17	-	-
Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS capacitados pelo Estado	Proteção e Desenvolvimento Social	SEDS	%	45	-	-
Trabalhador Qualificado Profissionalmente para o Mundo do Trabalho	Trabalho, Emprego e Empreendimentos Solidários	SETS	%	3.326	-	-

Fonte: SIGAME – acessado em 24/03/14

Conclui-se, portanto, que dos 59 indicadores apurados, 49 indicadores, ou seja, 83% atingiram um índice acima de 90% do previsto para o exercício de 2013, considerando-se, então, que do ponto de vista de atingimento das metas dos indicadores previstos no PPA 2012-2015, os programas e ações governamentais do Poder Executivo tiveram um bom desempenho durante o exercício de 2013, conforme critério estabelecido por esta Controladoria.

Ao analisar os indicadores por Programa de Governo, chama atenção o indicador referente ao **Auxílio aos Municípios na Implantação de Infraestrutura Urbana,** coordenado pela SEDU, que teve um desempenho muito acima do previsto, na ordem de **18.539,60%.**

Destacaram-se negativamente os indicadores dos programas que têm como responsável a Secretaria de Estado da Educação, pois todos os 12 indicadores relacionados aos programas **Educação para Todos** e **Inova Educação,** não atingiram as metas previstas para o final do exercício de 2013.

Por outro lado, destacam-se positivamente os indicadores apurados dos programas **Desenvolvimento Integrado da Cidadania / PDI-Cidadania**, **Desenvolvimento do Turismo**, **Proteção e Desenvolvimento Social** e **Rede Paraná Multimodal de Transporte e Logística**, coordenados pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU, Secretaria de Estado do Turismo

– SETU, Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS e Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística – SEIL, respectivamente, bem como o programa **Gestão Estratégica,** uma vez que atingiram todas as metas previstas dos indicadores apurados no fim do ano de 2013.

Podemos ainda destacar os indicadores do programa **Saúde para todo o Paraná**, que tem como responsável a Secretaria de Estado da Saúde – SESA, que atingiram as metas estabelecidas de 5 dos 6 indicadores apurados do programa.

1.3 Programas de Governo

Do ponto de vista da execução orçamentária dos Programas de Governo relativos ao Poder Executivo, a tabela 6 abaixo demonstra os valores empenhados e o percentual de execução em relação ao total orçamentário/orçamento final do exercício de 2013.

TABELA 6 – Execução Orçamentária 2013 por Programa de Governo – Poder Executivo

Programa de Governo	Total Orçamentário (em R$)	Empenhado (em R$)	%	Execução
Inova Educação	5.172.962.545,00	5.113.299.913,00	98,85%	boa
Obrigações Especiais Poder Executivo	12.541.088.457,00	11.598.714.779,00	92,49%	boa
Saúde para todo Paraná	3.445.430.859,00	3.181.719.297,00	92,35%	boa
Gestão Administrativa	1.297.719.232,00	1.189.153.226,00	91,63%	boa
Desenvolvimento Integrado da Cidadania / PDI-Cidadania	542.102.911,00	479.327.490,00	88,42%	razoável
Gestão de Serviços	181.701.948,00	159.565.284,00	87,82%	razoável
Excelência no Ensino Superior	1.728.658.315,00	1.458.391.273,00	84,37%	razoável
Educação para Todos	710.328.424,00	571.662.963,00	80,48%	razoável
Desenvolvimento Rural Sustentável e Abastecimento	443.517.054,00	349.710.834,00	78,85%	baixa
Desenvolvimento das Cidades	466.958.766,00	365.100.951,00	78,19%	baixa

Paraná Seguro	3.036.506.259,00	2.284.262.052,00	75,23%	baixa
Rede Paraná Multimodal de Transporte e Logística	905.842.068,00	679.200.262,00	74,98%	baixa
Gestão Estratégica	1.303.763.878,00	944.539.264,00	72,45%	baixa
Paraná: Esporte, Lazer e Atividade Física	40.327.727,00	24.552.473,00	60,88%	baixa
Paraná Inovador	231.590.312,00	125.466.927,00	54,18%	baixa
Proteção e Desenvolvimento Social	344.349.430,00	173.427.445,00	50,36%	baixa
Paraná Competitivo	107.289.534,00	48.214.852,00	44,94%	muito baixa
Paraná Sustentável	150.133.361,00	66.170.747,00	44,07%	muito baixa
Trabalho, Emprego e Empreendimentos Solidários	23.138.331,00	9.741.322,00	42,10%	muito baixa
Morar Bem Paraná	404.248.195,00	150.740.489,00	37,29%	muito baixa
Desenvolvimento Sustentável do Turismo	15.793.179,00	4.429.916,00	28,05%	muito baixa
Paraná tem Cultura	24.920.527,00	4.438.716,00	17,81%	muito baixa
Universalização do Saneamento Básico	2.300.835,00	316.689,00	13,76%	muito baixa
Total do P. Executivo	**33.120.672.147,00**	**28.982.147.164,00**	**87,50%**	

Fonte: SIAF - acessado em 24/03/14

Para a execução orçamentária dos Programas de Governo – Poder Executivo, esta Controladoria adotou o seguinte critério: definiu-se como boa execução o índice encontrado acima de 90%; como execução razoável o índice encontrado entre 80 e 90%; baixa execução orçamentária o índice percentual apurado entre 50 e 80%; e execução muito baixa o índice encontrado inferior a 50%.

Observa-se que dos 23 programas relacionados às ações do Poder Executivo, apenas 8 deles, ou seja, 35%, tiveram uma boa ou razoável execução orçamentária: o programa **Inova Educação**, com execução de 98,85%; **Obrigações Especiais**, com índice de 92,49%; **Saúde para todo o Paraná;** com índice de execução de 92,35%; **Gestão Administrativa**, com execução de 91,63%; **Desenvolvimento Integrado da Cidadania / PDI-Cidadania**, com índice de execução de 88,42%; **Gestão de Serviços,** com execução de 87,82%; **Excelência no Ensino Superior**, com 84,37% de

execução; e, finalmente, o programa **Educação para Todos**, com percentual executado de 80,48%.

Importante destacar que desses 8 programas que tiveram boa ou razoável execução, apenas 5 deles são programas finalísticos de governo.

Por outro lado, os outros 15 programas de governo tiveram uma baixa ou muito baixa execução orçamentária, representando 65% dos programas governamentais previstos no PPA de ações do Poder Executivo.

Destacaram-se negativamente, do ponto de vista da execução orçamentária do exercício de 2013, os programas **Paraná Competitivo, Paraná Sustentável, Trabalho, Emprego e Empreendimentos Solidários, Morar Bem Paraná, Desenvolvimento Sustentável do Turismo, Paraná tem Cultura** e **Universalização do Saneamento Básico**, cujas execuções orçamentárias ficaram abaixo dos 50%, sendo considerados, a critério desta Controladoria, programas de muito baixa execução.

Finalmente, ao se fazer a comparação entre o desempenho dos indicadores no exercício de 2013, com o desempenho da execução orçamentária dos Programas de Governo, observa-se que alguns programas de governo cujos indicadores alcançaram um bom desempenho, tiveram, por outro lado, uma baixa execução orçamentária e, da mesma forma, outros programas cujos indicadores tiveram desempenhos fracos, alcançaram boa execução orçamentária durante o exercício de 2013.

É o Relatório.

Curitiba, 31 de março de 2014.

Carlos Eduardo de Moura

Controlador Geral do Estado

Guilherme A. Santos
Chefe da Coordenadoria de Controle Interno

Emir Carlos Grassani
Assessor

Fernando Barbalho
Assessor

Osmar Alves Baptista Junior
Assessor

PODER EXECUTIVO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Relatório do Controle Interno

Exercício de 2013
Artigo 3º
Inciso IV
Alínea c)

31/03/2014

Controladoria Geral do Estado

Coordenadoria de Controle Interno

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 3
1. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA 4
1.1 Gestão Orçamentária 4
1.3 Gestão Financeira 8
2. GESTÃO PATRIMONIAL 10
2.1 Cenário da Administração sobre o Patrimônio 11
2.2 Recursos Empenhados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos 11

APRESENTAÇÃO

Esta trabalho refere-se aos objetos tratados na Alínea c), do Inciso IV, do Art. 3º da Instrução Normativa 91/2013 – TCE/Pr, que trata da eficiência na Gestão Orçamentária/Financeira e Patrimonial nas Entidades da Administração Pública Estadual, vinculadas ao Poder executivo e aplicação de recursos públicos por entidades privadas.

Para a realização deste trabalho, foram solicitadas informações à Secretaria de Estado da Fazenda, através da expedição dos Ofícios: **OF./GAB/CGE** nº 146, de 06/02/2014, sob o Protocolado 13.083.069-2, enviado aquela Pasta na data de 11/02/2014, com prazo de retorno até 28/02/2014; **OF./GAB/CGE** nº 222/2014, de 11/03/2014, sob Protocolado 13.114.853-4, enviado aquela Pasta em 11/03/2014, com data de retorno 14/03/2014; e **OF./GAB/CGE** nº 325/2014, de 17/03/2014, sob protocolado 13.121.598-2, enviado aquela Pasta em 17/03/2014, com prazo de retorno até 21/03/2014, sendo este último atendido através da expedição por aquela Pasta do protocolado 13.126.314-7, na data de 24/03/2014, porem a avaliação restou prejudicada pelo fato das informações não terem sido prestadas nos termos solicitados.

Também foram solicitadas informações à Secretaria de Estado da Administração e Previdência, através do **OF./GAB/CGE** nº 145/2014, de 06/02/2014, sob o protocolado 13.082.532-0, enviado aquela Pasta em 11/02/2014, com prazo de retorno em 28/02/2014, e que foi encaminhado a esta Controladoria em 28/02/2014.

1. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

1.1 Gestão Orçamentária

O orçamento Inicial para o Exercício de 2013 foi fixado no montante de **R$ 35.314.509.310,00** (trinta e cinco bilhões, trezentos e quatorze milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e dez reais.), sendo que, após os ajustes que se fizeram necessários durante o exercício, o orçamento total Atualizado totalizou em **R$ 36.719.289.121,00** (trinte e seis bilhões, setecentos e dezenove milhões, duzentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e um reais.), o que corresponde a um acréscimo de 3,98%.

A tabela abaixo demonstra a composição do Orçamento atualizado, considerando a natureza da despesa:

Tabela 1 – Total Orçamentário Atualizado – Estado:

Posição em 31/12/2013

Natureza	Orçamento Atualizado	% do Orçamento Atualizado
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.674.149.366,00	37,24%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	698.357.407,00	1,90%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.467.976.184,00	47,57%
INVESTIMENTOS	3.557.668.227,00	9,69%
INVERSÕES FINANCEIRAS	614.426.557,00	1,67%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	706.711.380,00	1,92%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0
Total	**36.719.289.121,00**	**100%**

Fonte: Sistema SIGAME – acessado em 21/03/2014

A distribuição do Orçamento Atualizado para os Poderes Legislativo, Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público, ocorreu da seguinte forma:

Tabela 2 – Total Orçamento Atualizado por Poder:

Posição em 31/12/2013

Poder	Orçamento Atualizado	% do Atualizado
Total Estado	**36.719.289.121,00**	**100%**
Total Executivo	**33.120.672.147,00**	**90,20%**
Total Outros Poderes	**3.598.616.974,00**	**9,80%**
Legislativo	850.453.220,00	2,32%
Judiciário	2.035.662.516,00	5,54%
Defensoria Pública	54.200.000,00	0,15%
Ministério Público	658.301.238,00	1,79%

Fonte: Sistema SIGAME – acessado em 2103/2014

Após a dedução dos valores destinados aos demais poderes, o Orçamento Programado total do Poder Executivo considerando a espécie de despesa apresentou os seguintes valores:

Tabela 3 – Total Orçamentário Atualizado Executivo por Natureza de Despesa:

Posição em 31/12/2013

Natureza da Despesa	Orçamento Programado	%
TOTAL EXECUTIVO	33.120.672.147,00	100%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.269.128.653,00	34,02%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	698.357.407,00	2,11%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.629.761.552,00	50,21%
INVESTIMENTOS	3.226.378.598,00	9,74%
INVERSÕES FINANCEIRAS	590.334.557,00	1,78%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	706.711.380,00	2,13%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00%

Fonte: Sistema SIGAME – acessado em 21/03/2014

Observa-se que o montante destinado para Outras Despesas Correntes, atinge o maior índice, perfazendo **50,21%** do Orçamento Atualizado. Somando-se esta percentagem com o total destinado para Pessoal e Encargos Sociais, obtém-se o total de **84,23%** do total Orçamentário para cobrir despesas com Custeio.

Outra observação é que as despesas com investimentos tiveram a programação de apenas **9,74%** do total Orçamentário Programado para o exercício de 2013.

1.2 Execução Orçamentária – Poder Executivo

Para proceder à avaliação sobre a execução orçamentária, esta Coordenadoria de Controle Interno utilizou a metodologia de avaliação do Total Empenhado sobre o Total do Orçamento Atualizado por Natureza de Despesas, adotando o seguinte critério:

1 – Para despesas com Pessoal e Encargos Sociais convencionou-se como baixa execução orçamentária àquela que apresentou índice percentual abaixo de 90% do valor Empenhado sobre o valor Orçamentário Atualizado; como razoável o intervalo entre o índice percentual acima de 90 até 95%; e como boa execução orçamentária o índice superior a 95%.

2 – Para as demais despesas definiu-se como muito baixa a execução orçamentária com o índice percentual apurado inferior a 50%; como execução baixa entre 50% e 80%; razoável o índice encontrado entre 80 e 90% e; acima de 90%, como boa execução orçamentária.

Tabela 4 – Percentual Empenhado sobre Orçamento Atualizado – Natureza de Despesa:

Posição em 31/12/2013

Natureza Despesa	Orçamento Atualizado	Empenhado	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.269.128.653,00	11.151.285.945,94	98,95%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	698.357.407,00	697.793.331,57	99,92%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.629.761.552,00	14.527.078.468,81	87,36%
INVESTIMENTOS	3.226.378.598,00	1.720.671.700,68	53,33%
INVERSÕES FINANCEIRAS	590.334.557,00	185.829.587,68	31,48%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	706.711.380,00	699.488.129,52	98,98%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00%
Total	**33.120.672.147,00**	**28.982.147.164,20**	**87,50%**

Fonte: Sistema SIGAME – acessado em 21/03/2014

Tendo como base o critério apontado acima, com foco exclusivamente no comparativo entre o total Empenhado sobre o Orçamento Atualizado, utilizando como indexador a Natureza da Despesa, esta Secretaria apresenta os seguintes apontamentos:

- **Pessoal e Encargos Sociais:** atingiu o índice de 98,95% do valor Empenhado sobre o Orçamento Atualizado, demonstrando uma boa execução orçamentária.
- **Juros e Encargos da Dívida:** atingiu o índice de 99,92% do valor Empenhado sobre o Orçamento Atualizado, demonstrando uma boa execução orçamentária.
- **Outras Despesas Correntes:** atingiu o índice de 87,36% do valor Empenhado sobre o Orçamento Programado, demonstrando uma razoável execução orçamentária.
- **Investimentos:** atingiu o índice de 53,33% do valor Empenhado sobre o Orçamento Atualizado, demonstrando uma baixa execução orçamentária.
- **Inversões Financeiras:** atingiu o índice de 31,48% do valor Empenhado sobre o Orçamento Atualizado, demonstrando uma baixa execução orçamentária.
- **Amortização da Dívida:** atingiu o índice de 98,98% do valor Empenhado sobre o Orçamento Atualizado, demonstrando uma boa execução orçamentária.

Após a análise dos dados, considerando a execução total do Orçamento Atualizado atingindo o Índice de **87,50%**, o qual, considerando o critério utilizado demonstra uma razoável execução, recomendamos rever o planejamento, adequando os valores à realidade, buscando aperfeiçoar os recursos, visando à eficiência e eficácia nos gastos com recursos públicos.

1.3 Gestão Financeira

A avaliação sobre a execução financeira, tendo como base o total Pago sobre os valores Liquidados seguiu os seguintes critérios:

1 – Para despesas com Pessoal e Encargos Sociais convencionou-se como baixa execução financeira àquela que apresentou índice percentual abaixo de 95% do valor pago sobre o valor liquidado; como razoável o intervalo entre o índice percentual acima de 95 até 98%; e como boa execução orçamentária o índice superior a 99%.

2 – Para as demais despesas definiu-se como baixa execução financeira o índice percentual apurado inferior a 90%; como execução razoável o índice encontrado entre 91 e 96% e; acima de 96%, como boa execução financeira.

A execução financeira tendo como indexador a Natureza de Despesa apresentou os seguintes resultados.

Tabela 5 – Percentual Pago sobre o Liquidado:

Posição em 31/12/2013

Natureza	Liquidado	Pago	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.128.225.174,57	11.022.540.761,14	99,05%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	697.793.331,57	697.793.331,57	100,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.850.985.536,35	13.112.228.379,56	94,67%
INVESTIMENTOS	972.612.473,88	828.811.607,39	85,21%
INVERSÕES FINANCEIRAS	182.559.672,50	180.229.587,70	98,72%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	699.498.129,52	699.498.129,52	100,00%
Total	**27.531.664.318,39**	**26.541.091.796,88**	**96,40%**

Fonte: Sistema SIGAME – acessado em 21/03/2014

Tendo como base o critério apontado acima, com foco exclusivamente no comparativo entre o total Pago sobre o Total Liquidado, utilizando como indexador a Natureza da Despesa, esta Secretaria apresenta os seguintes apontamentos:

- **Pessoal e Encargos Sociais:** atingiu o índice de 99,05% do valor Pago sobre o Liquidado, demonstrando uma boa execução financeira.
- **Juros e Encargos da Dívida:** atingiu o índice de 100% do valor Pago sobre o Liquidado, demonstrando uma boa execução financeira.
- **Outras Despesas Correntes:** atingiu o índice de 94,67% do valor Pago sobre o Liquidado, demonstrando uma boa execução orçamentária.
- **Investimentos:** atingiu o índice de 85,21% do valor Pago sobre o Liquidado, demonstrando uma razoável execução financeira.
- **Inversões Financeiras:** atingiu o índice de 98,72% do valor Pago sobre o Liquidado, demonstrando uma boa execução financeira.
- **Amortização da Dívida:** atingiu o índice de 100% do valor Pago sobre o Liquidado, demonstrando uma boa execução orçamentária.

Após a análise dos dados, considerando a razoável execução apurada, recomendamos rever a capacidade financeira, adequando os valores liquidados à realidade financeira, buscando aperfeiçoar os pagamentos, possibilitando, através da adimplência junto aos credores, renegociação dos valores contratados, visando à eficiência e eficácia nos gastos com recursos públicos.

2. GESTÃO PATRIMONIAL

O registro e o controle dos bens do patrimônio público são disciplinados pelos artigos 104 a 106 da Lei n° 4.320/64. O artigo 106 disciplina a avaliação dos elementos patrimoniais, e assim estabelece:

I) Os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, pelo seu valor nominal, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço;

II) Os bens móveis e imóveis, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção;

III) Os bens de almoxarifado, pelo preço médio ponderado das compras.

§ 1° Os valores em espécie, assim como os débitos e créditos, quando em moeda estrangeira, deverão figurar ao lado das correspondentes importâncias em moeda nacional.

§ 2° As variações resultantes da conversão dos débitos, créditos e valores em espécie serão levadas à conta patrimonial.

§ 3° Poderão ser feitas reavaliações dos bens móveis e imóveis.

A LRF, no seu artigo 44, sob a ótica da gestão fiscal responsável disciplina regras de preservação do patrimônio público, onde preceitua que é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

2.1 - Cenário da Administração sobre o Patrimônio

Conforme relatado através do Protocolado 13.082.532-0, pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, uma das metas principais daquela SEAP para o exercício de 2013 é a regularização dos imóveis de propriedade do Estado do Paraná.

Um dos avanços realizados foi a atualização cadastral de **1.638** imóveis nas Regiões de Curitiba e Londrina, trabalho este realizado através da contratação da Empresa ENPROL, a qual terminou a pesquisa em setembro de 2013. Desta pesquisa realizada resultou um acréscimo de **1.317** imóveis em 2013, totalizando o número de imóveis cadastrados em **7.513**.

Já com relação ao controle dos bens móveis que compõem o patrimônio, aí compreendidos os órgãos da administração e autarquias do Poder Executivo Estadual, foram instituídos através do Decreto 5.289/2009 no sistema AAB a numeração única dos bens. Durante o exercício de 2013 houve a conclusão de conversão da numeração antiga para a nova sistemática de numeração única, assim, os dados registrados no Sistema AAB estão preparados em um padrão que permite a sincronização com o Sistema SIAF, mas, esta sincronização ainda não foi implantada, motivo pelo qual a avaliação do controle patrimonial foi descentralizada por esta Coordenadoria aos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, sendo objeto de prestação de contas daquelas Instituições.

3 - Recursos Empenhados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

O Executivo Estadual para realizar amplamente suas ações, principalmente aquelas que envolvem a área social, se utiliza do instrumento formalização de convênio com Entidades Privadas sem fins lucrativos. No exercício em análise os valores Empenhados às Instituições somaram **R$ 381.278.025,11** (trezentos e oitenta e um milhões, duzentos e setenta e oito mil, vinte e cinco reais e onze centavos.), conforme se demonstra a tabela seguir detalhando por Órgão ou Entidade que efetuou o Empenho:

Tabela 6 – Total Empenhado Entidades Privadas sem Fins Lucrativos:

Posição em 31/12/2013

Órgão/Entidade	Empenho
CENTRO DE CONVENÇÕES DE CURITIBA S/A	41.543,60
FEAS/SEDS	2.927.596,72
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FUNSAÚDE	196.286.336,34
FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA	917.955,00
FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	14.580.987,42
FUNDO PARANÁ	28.837.661,96
INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE - IPCE	333.660,00
SECR. ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	2.245.665,52
SECR.DE ESTADO DA ADM. E DA PREVIDÊNCIA	32.472.756,00
SECR.DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	70.000,00
SECR.DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	73.508,00
SECR.DE ESTADO DA CULTURA	2.742.490,67
SECR.DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	99.530.663,88
SECR.DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	150.000,00
SECR.DE ESTADO DO TURISMO	67.200,00
Total	**381.278.025,11**

Fonte: Sistema SIGAME – acessado em 2103/2014

Para realizar o controle dos recursos repassados, houve a edição da Resolução 28/2011-TCE/PR, a qual cria o Sistema Integrado de Transferências, assim como estabelece que o Órgão concedente dos recursos emita Relatório Circunstanciado sobre a execução do instrumento pactuado junto ao Tomador, aumentando o controle sobre os recursos transferidos às entidades.

É o Relatório.

Curitiba, 31 de março de 2014.

Carlos Eduardo de Moura

Controlador Geral do Estado

Guilherme A. Santos
Chefe da Coordenadoria de Controle Interno

Emir Carlos Grassani
Assessor

Fernando Barbalho
Assessor

Osmar Alves Baptista Junior
Assessor

PODER EXECUTIVO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Relatório do Controle Interno

Exercício de 2013
Artigo 3º
Inciso IV
Alínea d)

31/03/2014

Controladoria Geral do Estado

Coordenadoria de Controle Interno

APRESENTAÇÃO

Esta trabalho refere-se aos objetos tratados na Alínea d), do Inciso IV, do Art. 3º da Instrução Normativa 91/2013 – TCE/Pr, que são demonstrativo evidenciando as Operações de Crédito, os Avais e as Garantias e os Direitos e Haveres do Estado.

Para a realização deste trabalho, foram solicitadas informações à Secretaria de Estado da Fazenda, através da expedição dos Ofícios: OF./GAB/CGE nº 146, de 06/02/2014, sob o Protocolado 13.083.069-2, enviado aquela Pasta na data de 11/02/2014, com prazo de retorno até 28/02/2014; OF./GAB/CGE nº 222/2014, de 11/03/2014, sob Protocolado 13.114.853-4, enviado aquela Pasta em 11/03/2014, com data de retorno 14/03/2014; e OF./GAB/CGE nº 325/2014, de 17/03/2014, sob protocolado 13.121.598-2, enviado aquela Pasta em 17/03/2014, com prazo de retorno até 21/03/2014, sendo este último atendido através da expedição por aquela Pasta dos protocolados 13.126.334-1 e 13.123.403-1, ambos na data de 24/03/2014.

1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, AVAIS E GARANTIAS

De acordo com informação 029/2014 – DIRED/CAFE, sob Protocolado nº 13.126.334-1, houve o ingresso dos recursos no exercício de 2013, no montante de R$ 148.793.164,09 (cento e quarenta e oito milhões, setecentos e noventa e três mil, duzentos e sessenta e quatro reais e nove centavos.), referente às Operações de Crédito PAC Mobilidade e BNDES – PROCOPA, conforme descriminado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Total ingressado Operações de Crédito em 2013

PAC MOBILIDADE	BNDES PROCOPAS ARENAS	Total 2013
24.184.099,42	124.609.164,67	**148.793.264,09**

Fonte: Informação 029/2014 – DIRED/CAFÉ – Prot. 13.126.334-1.

Já os Avais e garantias prestados pelo Estado em operações de Crédito Empresas Públicas e/ou Sociedades de Economia Mista, conforme Informação 001/2014 – DIRED, sob Protocolado 13.126.334-1, são compostos por, COHAPAR, COPEL e SANEPAR, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 2 – Saldo Devedor Garantias Operações de Crédito Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista: Posição em 31/12/2013

Empresa	Dívida	Valor R$
SANEPAR	INTERNA	11.252.888,81
COHAPAR	INTERNA	304.838.174,33
COPEL	INTERNA	64.279.412,19
Total		**380.370.475,33**

Fonte: Informação 001/2014 – SEFA/DIRED – Protocolado 13.126.334-1

Pode-se observar que, com relação ao montante apontado no exercício de 2012, correspondente a **R$ 450.510.993,69** (quatrocentos e cinquenta milhões, quinhentos e dez mil, novecentos e noventa e três reais e sessenta e nove centavos.), houve uma diminuição do saldo devedor em **R$ 70.140.518,36** (setenta milhões, cento e quarenta mil, quinhentos e dezoito reais e trinta e seis centavos.), correspondente a uma redução de **15,57%.**

2. DIREITOS E HAVERES DO ESTADO

Para atendimento deste item, esta Controladoria recebeu da SEFA/CRE a informação do Total da Dívida Ativa, através de Planilha anexa às fls. 20 do protocolado 12.123.403-1, nos seguintes cenários:

1) – Total da Dívida Ativa:

Tabela 3 – Total da Dívida Ativa por Situação – Posição dez/2013.

Situação	Contribuintes	Valor Créditos	Participação
Inativos	20.327	14.628.123.273,01	73,3%
Ativos	6.100	4.830.534.495,74	24,2%
Não Inscrito	28.399	464.316.476,17	2,4%
Total	**54.826**	**19.942.974.244,92**	**100,0%**

Fonte: Informação 009/2014 – GAB/IGADIRED/CAFÉ – Prot. 13.123.403-1.

Tabela 4 – Total da Dívida Ativa por Exigibilidade – Posição dez/2013.

Exigibilidade	Quantidade de Créditos	Valor Créditos	Participação
Imediata	269.664	16.144.473.024,74	81,0%
Suspensa	58.981	3.798.501.220,18	19,0%
Total	**54.826**	**19.942.974.244,92**	**100,0%**

Fonte: Informação 009/2014 – GAB/IGADIRED/CAFÉ – Prot. 13.123.403-1.

2) – Total da Dívida Ativa com Exigibilidade Imediata:

Tabela 5 – Total da Dívida Ativa por Situação – Posição dez/2013.

Situação	Quantidade de Créditos	Valor Créditos	Participação
Inativos	187.064	13.598.950.567,43	84,2%
Ativos	38.517	2.097.901.647,44	13,0%
Subtotal	**225.581**	**15.696.852.234,87**	**97,2%**
Não Inscrito	44.083	447.620.789,87	2,8%
Total	**269.664**	**16.144.473.024,74**	**100,0%**

Fonte: Informação 009/2014 – GAB/IGADIRED/CAFÉ – Prot. 13.123.403-1.

Tabela 6 – Total da Dívida Ativa por Documento – Posição dez/2013.

Situação	Quantidade de Créditos	Valor Créditos	Participação
Auto de Infração	42.421	11.766.321.100,77	72,88%
GIA	186.236	4.164.380.429,79	25,79%
Protocolo	11.803	118.789.412,89	0,73%
Certidão TCE	876	51.442.016,02	0,32%
Processo Administrativo	2.862	29.450.547,16	0,18%
RENAVAM	25.370	13.055.430,66	0,08%
Parcelamento	72	903.077,38	0,00%
Notificação Fiscal	10	133.505,72	0,00%
Processo Penal	13	16.247,84	0,00%
Dívida Ativa Manual	1	1.256,53	0,00%
Total	**269.664**	**16.144.473.024,74**	**100,0%**

Fonte: Informação 009/2014 – GAB/IGADIRED/CAFÉ – Prot. 13.123.403-1.

Tabela 7 – Total da Dívida Ativa por Tipo de Crédito – Posição dez/2013.

Situação	Quantidade de Créditos	Valor Créditos	Participação
ICMS	227.157	15.914.672.009,47	98,577%
Desaprovação Contas	1.625	138.244.374,52	0,856%
PROCON	2.880	29.651.254,43	0,184%
Pena de Multa	10.873	19.863.933,72	0,123%
IPVA	25.370	13.055.430,66	0,081%
ITCMD	296	10.226.208,43	0,063%
Contratos	62	6.272.345,47	0,039%
Agricultura	1.123	5.617.580,91	0,035%
SERLOPAR	24	2.620.783,95	0,016%
Alcance	7	1.725.252,51	0,011%
Segurança Pública	169	1.205.750,45	0,007%
Devolução de Valores	30	505.179,10	0,003%
Responsabilidade Funcional	20	425.789,90	0,003%
Saúde	11	291.732,70	0,002%
Justiça	15	54.184,21	0,000%
Indenização	2	41.214,31	0,000%
Total	**269.664**	**16.144.473.024,74**	**100,0%**

Fonte: Informação 009/2014 – GAB/IGADIRED/CAFÉ – Prot. 13.123.403-1.

Tabela 8 – Total da Dívida Ativa por Ajuizamento – Posição dez/2013.

Situação	Quantidade de Créditos	Valor Créditos	Participação
Ajuizada	183.862	11.514.989.620,25	71,31%
Não Ajuizada	85.802	4.629.483.404,49	28,7%
Total	**269.664**	**16.144.473.024,74**	**100,0%**

Fonte: Informação 009/2014 – GAB/IGADIRED/CAFÉ – Prot. 13.123.403-1.

É o Relatório.

Curitiba, 31 de março de 2014.

Carlos Eduardo de Moura

Controlador Geral do Estado

Guilherme A. Santos
Chefe da Coordenadoria de Controle Interno

Emir Carlos Grassani
Assessor

Fernando Barbalho
Assessor

Osmar Alves Baptista Junior
Assessor

PODER EXECUTIVO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Relatório do Controle Interno

Exercício de 2013
Artigo 3º
Inciso IV
Alínea f)

01/04/2014

Controladoria Geral do Estado

Coordenadoria de Controle Interno

APRESENTAÇÃO

Esta trabalho refere-se aos objetos tratados na Alínea f), do Inciso IV, do Art. 3º da Instrução Normativa 91/2013 – TCE/Pr, que são demonstrativos evidenciando o atingimento dos Índices Constitucionais e o cumprimentos dos Limites Constitucionais e das Metas previstas na LDO.

Para a realização deste trabalho, foram solicitadas informações à Secretaria de Estado da Fazenda, através da expedição dos Ofícios: **OF./GAB/CGE** nº 146, de 06/02/2014, sob o Protocolado 13.083.069-2, enviado aquela Pasta na data de 11/02/2014, com prazo de retorno até 28/02/2014; **OF./GAB/CGE** nº 222/2014, de 11/03/2014, sob Protocolado 13.114.853-4, enviado aquela Pasta em 11/03/2014, com data de retorno 14/03/2014; e **OF./GAB/CGE** nº 325/2014, de 17/03/2014, sob protocolado 13.121.598-2, enviado aquela Pasta em 17/03/2014, com prazo de retorno até 21/03/2014, sendo este último atendido através da expedição por aquela Pasta do protocolado 13.126.334-1, na data de 24/03/2014.

1.0 LIMITES CONSTITUCIONAIS

Através da Informação Nº 215/2014, encaminhada sob protocolado nº 13.126.334-1, a Coordenação da Administração Financeira do Estado – CAFE/SEFA, apresentou os seguintes dados referentes ao cumprimentos dos Índices Constitucionais e da LRF:

Tabela 1 – Cumprimentos dos Limites Constitucionais e da LRF:

Item	Limite	Limite Prudencial	Realizado
% da DTP[1] sobre a RCL[2]	49,00%	46,55%	47,23%
% da DC[3] sobre a RCL	200,00%	180,00%	78,90%
% da DCL[4] sobre a RCL	200,00%	180,00%	59,91%
% Total Garantias sobre a RCL	22,00%	19,8%	1,43%
% Limite definido Senado para Operações de Crédito Internas e Externas	16,00%	14,40%	0,59%
% Limite definido Senado para Operações de Crédito por antecipação de Receita	7,00%	-	0,00%

Fonte: Informação Nº 215/2014 DICON/CAFE/SEFA – Protocolado 13.126.334-1

Conforme apontado, podemos observar que a despesa total com pessoal ficou abaixo do limite constitucional, porém ultrapassou o limite prudencial em **0,68%.**

Comparando o índice de despesa com pessoal entre os exercícios de 2012 e 2013:

Tabela 2 – Evolução dos Índices de Pessoal - Limites LRF 2012 e 2013:

Item	Realizado 2012	Realizado 2013	Evolução
% da DTP sobre a RCL	46,67%	47,23%	0,56%

Fontes:2012 - http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/file/responsabilidadefiscal/publicacoes/2012/pd
2013 - Informação Nº 215/2014 DICON/CAFE/SEFA – Protocolado 13.126.334-1

[1] DTP - Despesa Total com Pessoal
[2] RCL - Receita Corrente Líquida
[3] DC - Dívida Consolidada
[4] DCL - Dívida Consolidada Líquida

Conforme apresentado na Tabela 2, houve evolução no índice de despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, do exercício 2012 para o exercício 2013 de **0,56%**, aumentando a superação do limite de prudência de **0,12%** em 2012 para **0,68%** em 2013:

Tabela 3 – Limite Prudencial Despesa de Pessoal - Limites LRF 2012 e 2013:

Exercício	Limite Prudencial	Realizado	Superação
2012	46,55%	46,67%	0,12%
2013	46,55%	47,23%	0,68%

Fontes:2012 - http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/file/responsabilidadefiscal/publicacoes/2012/pd
2013- Informação Nº 215/2014 DICON/CAFE/SEFA – Protocolado 13.126.334-1

1.1 ÍNDICES CONSTITUCIONAIS

Com relação ao atingimento dos Índices Constitucionais, a DICON/CAFE/SEFA através do inciso c) da Informação Nº 215/2014, encaminhada sob protocolado nº 13.126.334-1, apresentou os seguintes dados:

Tabela 4 – Índices Constitucionais:

Objeto	Limite Legal	Realizado
Saúde	12,00%	10,03%
Educação	30,00%	31,87%
Ciência e Tecnologia	2,00%	1,62%

Fonte: Informação Nº 215/2014 DICON/CAFE/SEFA – Protocolado 13.126.334-1

Como ponto positivo, podemos notar o Índice de Educação, que superou o limite legal em **1,87%.**

Já o Índice de Saúde, ficou abaixo do limite legal em **-1,97%** e o de Ciência e Tecnologia em **-0,38%**.

Efetuando a comparação entre os exercícios de 2012 e 2013, podemos observar que:

Tabela 5 – Índices Constitucionais – Evolução 2012 – 2013:

Objeto	Realizado 2012	Realizado 2013	Evolução
Saúde	12,78%	10,03%	-2,75%
Educação	31,59%	31,87%	0,28%
Ciência e Tecnologia	2,32%	1,62%	-0,7%

Fontes:2012 - http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/file/responsabilidadefiscal/publicacoes/2012/pd
2013 - Informação Nº 215/2014 DICON/CAFE/SEFA – Protocolado 13.126.334-1

Conforme demonstrado na Tabela 5, o Índice de Saúde apurado em 2013 sofreu uma queda de **2,75%** em relação ao realizado em 2012.

Esta CGE recebeu na data de 01 de abril de 2014 por meio eletrônico o **Ofício nº 163/2014/GAB/SEFA**, em anexo, o qual apresenta a inclusão de 6 (seis) novas despesas a serem computadas como ações e serviços públicos de saúde no valor total de **R$ 243.651.400,68**.

Ressalta-se ainda que este valor não está computado nas tabelas 4 e 5 deste relatório.

Já o Índice de Educação apresentou uma evolução de **0,28%** do realizado em 2013 com relação ao apurado em 2012.

O Índice de Ciência e Tecnologia apontou um decréscimo de **0,7%** de 2012 para 2013.

1.2 METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO

Com relação as Metas Fiscais do Exercício, a DICON/CAFE/SEFA através do inciso b) da Informação Nº 215/2014, encaminhada sob protocolado nº 13.126.334-1, apresentou os seguintes dados:

Tabela 6 – Cumprimento das Metas Fiscais:

Descrição	Meta	Realizado	Índice
Resultado Primário	1.136.622.000,00	2.292.553.116,15	201,7%
Resultado Nominal	700.243.000,00	2.146.657.076,15	306,6%

Fontes: Informação Nº 215/2014 DICON/CAFE/SEFA – Protocolado 13.126.334-1

Conforme demonstrado na Tabela 6, o índices de cumprimento das metas fiscais da LDO referentes aos Resultados Primário e Nominal, demonstram que

o desempenho das receitas fiscais foram suficientes para arcar com as despesas fiscais e garantir os compromissos com a dívida.

É o Relatório.

Curitiba, 01 de abril de 2014.

Carlos Eduardo de Moura

Controlador Geral do Estado

Guilherme A. Santos
Chefe da Coordenadoria de Controle Interno

Emir Carlos Grassani
Assessor

Fernando Barbalho
Assessor

Osmar Alves Baptista Junior
Assessor

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETARIO

Ofício nº 163/2014/GAB/SEFA Curitiba, 01 de Abril de 2014

Assunto: DESPESAS PASSÍVEIS DE SEREM COMPUTADAS COMO AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Senhor Controlador,

Em razão de dificuldades operacionais e de limitações temporais impostas por mudanças no comando da Secretaria da Fazenda, determinadas despesas que se enquadram como ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012 e § 2º do art. 198 da Constituição Federal, não foram computados no Balanço Geral do Estado.

Dessa forma, embora formalmente o índice represente o montante de despesas com ações e serviços públicos de saúde, sob a perspectiva material a informação não reflete a quantia gasta pelo Estado do Paraná na área.

Para que se chegue ao índice real, é preciso considerar as ações e os serviços relacionados a seguir.

1. GESTÃO DE SAÚDE DO COMPLEXO MÉDICO PENAL, SISTEMA DE ASSISÊNCIA A SAÚDE – SAS, SAÚDE OCUPACIONAL E PERÍCIAS MÉDICAS

VALORES DO TESOURO 2013 (Empenhado + Movimentação de Crédito)	
Gestão do Complexo Médico Penal (já computado no índice)	23.517.218,06
Gestão da saúde dos servidores e seus dependentes	134.007.746,87
Pessoal e encargos – perícias médicas e saúde ocupacional	14.049.239,51
Alugueis e condomínios – perícias médicas e saúde ocupacional	972.108,64

O art. 2º da Lei Complementar nº 141/2012 estabelece o seguinte:

Rua Vicente Machado, 445 – Fone: (41) 3321-9010 - 3321-9014 – FAX (41) 3222-3505
Curitiba – Paraná – CEP 80.420-010

> *Art. 2º Para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos estabelecidos nesta Lei Complementar, considerar-se-ão como despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no art. 7º da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, e às seguintes diretrizes:*
>
> *I - sejam destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito;*

No curso do processo de prestação de contas do Chefe do Poder Executivo Estadual do exercício de 2012 no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (processo nº 210041/13), a Diretoria de Contas Estaduais opinou pela exclusão das despesas referentes à gestão do Complexo Médico Penal e do Sistema de Assistência à Saúde – SAS, tendo em vista que tais serviços não abrangem a totalidade da popução e, portanto, não atenderiam ao princípio da universalidade.

O Ministério Público de Contas, todavia, por meio do Parecer nº 10383/13-SMPjTC, discordou da unidade técnica, pelas seguintes razões:

> *É necessário frisar que o direito à saúde, regido pela dicção constitucional que ordena "o acesso universal igualitário" (art. 196 da CRFB/88), requer respeitar e observar as diferentes situações experimentadas pelos indíviduos e grupos quando do desenvolvimento das políticas públicas.*
>
> *Numa sociedade plural, cumprir a obrigação de propiciar acesso universal igualitário significa, na medida do possível, considerar que os destinatários deste direito fundamental compõem fragmentos sociais em que se constatam diversidades culturais, sociais, econômicas, geográficas, etc. Nesta toada, pode se falar num direito difuso a um sistema de saúde que conjugue medidas genéricas e medidas específicas (que consideram a especificidade de cada grupo) de prevenção e promoção da saúde, como aponta, por exemplo, a ideia de promoção à saúde aos internados no sistema prisional.*
>
> *Outras situações também podem ilustrar esta realidade, como também demonstram particularmente a efetivação dos Centros de Especialidades, dirigidos à grupos específicos de pessoas com determinada enfermidade. Ademais, conforme apontado pela unidade técnica, os recursos aplicados no Sistema de Atendimento ao Servidor, a exemplo da jurisprudência do*

> *TCU, não devem ser excluídos do índice, com fulcro no art. 3º, inciso XII da LC nº 141/12.*
>
> *[...]*
>
> *Por essas razões, afasto as glosas apontadas em relação aos recursos aplicados na gestão de saúde do Complexo Médico Penal; do Sistema de Assistência à Saúde – SAS [...].*

Pleiteia-se, assim, com fundamento no Parecer nº 10383/13, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, que as despesas com a gestão de saúde do Complexo Médico Penal e do Sistema de Assistência à Saúde sejam computados como ações e serviços públicos de saúde, para efeitos do cálculo do índice.

De acordo com o ANEXO I – Quadro de Detalhamento de Despesas, observa-se que, no exercício de 2013, o Complexo Médico Penal executou despesas do FUNSAÚDE, de modo que seu valor já está incluído no índice de gastos com saúde apontado no Balanço Geral do Estado.

Portanto, o que se requer, nesse caso, é que as despesas com o Complexo Médico Penal não sejam excluídas do índice.

No caso do SAS, cujas despesas estão explicitadas no ANEXO II, não houve execução por conta do FUNSAÚDE, razão pela qual tais despesas não estão computadas no índice de saúde apontado no Balanço. Solicita-se, assim, que tais despesas sejam somadas para efeitos de cálculo do mínimo constitucional com ações e serviços públicos de saúde.

Pelos mesmos fundamentos, devem ser incluídas também as despesas de remuneração do pessoal ativo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência lotado nos departamentos administrativos encarregados das perícias médicas e demais unidades encarregadas da saúde ocupacional dos servidores estaduais, assim como os valores gastos com os alugueis e condomínios dos imóveis da capital e do interior em que se encontram instalados esses serviços. Tais despesas encontram-se discriminadas no ANEXO III.

2. PROGRAMA LEITE DAS CRIANÇAS

VALORES DO TESOURO 2013 (Empenhado + Movimentação de Crédito)	
Leite das Crianças	73.402.508,71

Da mesma forma, a Diretoria de Contas Estaduais do Tribunal de Contas excluiu as despesas com o Programa Leite das Crianças das ações e serviços públicos de saúde por entender que se trata de medida de assistência social, visando atender as crianças de 0 a 36 meses, mães gestantes e nutrizes cuja família tenha renda média per capita de até meio salário mínimo regional.

O Parecer nº 10383/13, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, todavia, entendeu em sentido diverso:

> *Por fim, ao contrário do proposto pelas unidades técnicas, entende este Ministério Público de Contas que o Programa Leite das Crianças se enquadra na regra do art. 3º, inciso II da Lei Complementar nº 141/2012, uma vez que faz parte do Programa Estadual de Saúde e visa claramente suprir deficiências nutricionais das crianças de 0 a 36 meses.*

De fato, o art. 4º, inciso IV, da Lei Complementar nº 141/2012, exclui das ações e serviços de saúde as despesas decorrentes de merenda escolar e outros programas de alimentação. Há que se observar, entretanto, a ressalva contida na parte final do dispositivo:

> ***Art. 4º*** *Não constituirão despesas com ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração dos percentuais mínimos de que trata esta Lei Complementar, aquelas decorrentes de:*
>
> *[...]*
>
> *IV - merenda escolar e outros programas de alimentação, ainda que executados em unidades do SUS, ressalvando-se o disposto no inciso II do art. 3º;*

Veja-se o que diz o inciso II do art. 3º do mesmo diploma legal:

> ***Art. 3º*** *Observadas as disposições do art. 200 da Constituição Federal, do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e do art. 2º desta Lei Complementar, para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos aqui estabelecidos, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde as referentes a:*
>
> *[...]*

> *II - atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;*

Nota-se, assim, que o objetivo do Programa Leite das Crianças coincide perfeitamente com o preconizado na Lei Complementar nº 141/2012.

As despesas com o Programa Leite das Crianças estão explicitadas no ANEXO IV. Não houve execução por conta do FUNSAÚDE, razão pela qual tais despesas não estão computadas no índice de saúde apontado no Balanço. Solicita-se, assim, que tais despesas sejam somadas para efeitos de cálculo do mínimo constitucional com ações e serviços públicos de saúde.

3. ENCARGOS COM PENSÕES PARA PORTADORES DE HANSENÍASE

VALORES DO TESOURO 2013 (Empenhado + Movimentação de Crédito)	
Pensão para portadores de hanseníase	17.884.645,26

A Lei Estadual nº 8246/1986 estabelece a pensão mensal para o portador de hanseníase:

> ***Art. 1°.*** *Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão mensal no valor de 01 (um) salário mínimo aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados para o trabalho em razão das lesões físicas ou defeitos causados pela moléstia, e desprovidos de fonte de renda que assegure a sobrevivência e manutenção própria de seus dependentes.*
>
> *Parágrafo único. O benefício será concedido, mediante requerimento, ao doente que, além de preencher os requisitos descritos no "caput" deste artigo, seja residente no Estado do Paraná desde pelo menos 05 (cinco) anos antes da constatação da moléstia.*

Ocore que o art. 4º, inciso I, da Lei Complementar nº 141/2012, veda o cômputo no índice de gastos com pensões e aposentadorias:

> ***Art. 4º*** *Não constituirão despesas com ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração dos percentuais mínimos de que trata esta Lei Complementar, aquelas decorrentes de:*

I – pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde;

A despeito do contido na norma regulamentar, entende-se que o caso da pensão por hanseníase merece tratamento particular.

Isso porque o benefício é pago durante o tratamento da doença. O art. 6º, inciso III da Lei Estadual nº 8246/1986 determina que o pagamento seja cancelado se o beneficiário "*deixar de comparecer ao serviço de Dermatologia para controle de tratamento durante 12 (doze) meses, conforme Normas de Controle da Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária do Ministério da Saúde.*"

O benefício, portanto, tem também caráter terapêutico, para auxílio no tratamento do doente.

Caso o paciente receba alta, a lei também prevê que o benefício seja cancelado, "salvo se persistir a incapacidade laborativa e/ou idade avançada" (inciso IV do art. 6º)

Na hipótese de manutenção do benefício após a cura do paciente, ainda assim cabe o enquadramento da despesa como ação ou serviço de saúde.

Há que se considerar que a hanseníase pode deixar sequelas neurológicas, oftalmológicas e motoras. Além disso, trata-se de doença estigmatizante, de profundo impacto psicológico no indivíduo.

A pensão, nesse caso, tem por objetivo resguardar condições mínimas de sobrevivência digna ao indivíduo acometido por anomalias decorrentes da hanseníase, inclusive despesas com cuidadores e outras necessidades especiais.

Nesse caso, é preciso que se adote uma concepção mais ampla de saúde. A Organização Mundial da Saúde define saúde como o "*completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de enfermidade*". Em outra definição, também da OMS, saúde é conceituada como a *medida em que um indivíduo ou grupo é capaz, por um lado, de realizar aspirações e satisfazer necessidades e, por outro, de lidar com o meio ambiente. A saúde é, portanto, vista como um recurso para a vida diária, não o objetivo dela; abranger os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas, é um conceito positivo.*

As despesas referentes aos encargos com pensões para portadores de hanseníase estão detalhadas no ANEXO V. Não houve execução por conta do FUNSAÚDE, razão pela qual tais despesas não estão computadas no índice de saúde

apontado no Balanço. Solicita-se, assim, que tais despesas sejam somadas para efeitos de cálculo do mínimo constitucional com ações e serviços públicos de saúde.

4. GESTÃO DO AGRUPAMENTO AEROPOLICIAL – RESGATE AÉREO (GRAER)

VALORES DO TESOURO 2013 (Empenhado + Movimentação de Crédito)	
GRAER	3.335.151,69

Em um ano de atividades, o Grupamento Aeropolicial e Resgate Aéreo (Graer) na região de Londrina efetuou o transporte de 121 vítimas, entre salvamentos aquáticos, terrestres, remoções e resgates aeromédicos. A aeronave auxilia em ações de Bombeiro e de Defesa Civil, como salvamentos e resgate, remoção rápida de uma vítima para atendimento em outra cidade, transporte de órgãos para transplantes. Fica plenamente justificada, portanto, a inclusão das despesas de gestão do Graer dentre as despesas da saúde.

As despesas do GRAER estão explicitadas no ANEXO VI. Não houve execução por conta do FUNSAÚDE, razão pela qual tais despesas não estão computadas no índice de saúde apontado no Balanço. Solicita-se, assim, que tais despesas sejam somadas para efeitos de cálculo do mínimo constitucional com ações e serviços públicos de saúde.

5. TOTAL DE DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO ÍNDICE APRESENTADO NO BALANÇO GERAL DO ESTADO

Considerando as informações e justificativas apresentadas acima, pleiteia-se que sejam consideradas como despesas de saúde os seguintes valores:

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETARIO

VALORES DO TESOURO 2013 (Empenhado + Movimentação de Crédito)	
Gestão da saúde dos servidores e seus dependentes	134.007.746,87
Pessoal e encargos – perícias médicas e saúde ocupacional	14.049.239,51
Alugueis e condomínios - perícias médicas e saúde ocupacional	972.108,64
Leite das Crianças	73.402.508,71
Pensão para portadores de hanseníase	17.884.645,26
GRAER	3.335.151,69
TOTAL	**243.651.400,68**

Finalmente, solicita-se que não sejam desconsiderado o valor de R$ 23.517.218,06, referente à Gestão do Complexo Médico Penal.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Rua Vicente Machado, 445 – Fone: (41) 3321-9010 - 3321-9014 – FAX (41) 3222-3505
Curitiba – Paraná – CEP 80.420-010

ANEXO I

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS

GESTÃO DO COMPLEXO MÉDICO PENAL

e-COP Programação Orçamentária
Relatório QDD por Espécie/Fonte de um Projeto Atividade
** Valores Oficiais **

Órgão : 47 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Unidade : 60 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FUNSAÚDE

Projeto Atividade : 4167 - GESTÃO DO COMPLEXO MÉDICO PENAL - DEPEN

Dotação : 4760.10302194.167

Descrição	Fonte	Orçamento Inicial	Programado	Saldo a Programar	Total Orçamentário	Empenhado	Saldo Programado	Liquidado
PESSOAL/ENC.SOC	100	21.043.210	21.843.210	0	21.843.210	21.406.686,91	436.523,09	21.406.686,91
Total PESS.	T	21.043.210	21.843.210	0	21.843.210	21.406.686,91	436.523,09	21.406.686,91
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	Todas	21.043.210	21.843.210	0	21.843.210	21.406.686,91	436.523,09	21.406.686,91
OUTR.DESP.CORR.	100	2.660.690	2.288.917	39.188	2.328.105	2.110.531,15	178.385,85	1.302.399,58
Total OUT.C	T	2.660.690	2.288.917	39.188	2.328.105	2.110.531,15	178.385,85	1.302.399,58
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	Todas	2.660.690	2.288.917	39.188	2.328.105	2.110.531,15	178.385,85	1.302.399,58
Total	T	23.703.900	24.132.127	39.188	24.171.315	23.517.218,06	614.908,94	22.709.086,49
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	Todas	23.703.900	24.132.127	39.188	24.171.315	23.517.218,06	614.908,94	22.709.086,49

ANEXO II

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS

GESTÃO DA SAÚDE DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES
SISTEMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE – SAS

e-COP Programação Orçamentária

Relatório QDD por Espécie/Fonte de um Projeto Atividade

** Valores Oficiais **

Órgão : 27 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

Unidade : 02 - DIRETORIA GERAL

Projeto Atividade : 4045 - GESTÃO DA SAÚDE DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES

Dotação : 2702.10302404.045

Descrição	Fonte	Orçamento Inicial	Programado	Saldo a Programar	Total Orçamentário	Empenhado	Saldo Programado	Liquidado
OUTR DESP CORR	100	147.420.000	146.950.631	0	146.950.631	134.007.746,87	12.942.884,13	134.007.746,87
	142	0	390.000	0	390.000	0,00	390.000,00	0,00
Total OUT.C	T	147.420.000	147.340.631	0	147.340.631	134.007.746,87	13.332.884,13	134.007.746,87
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	Todas	147.420.000	147.340.631	0	147.340.631	134.007.746,87	13.332.884,13	134.007.746,87
Total	T	147.420.000	147.340.631	0	147.340.631	134.007.746,87	13.332.884,13	134.007.746,87
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	Todas	147.420.000	147.340.631	0	147.340.631	134.007.746,87	13.332.884,13	134.007.746,87

ANEXO III

DESPESAS COM PESSOAL E IMÓVEIS

PERÍCIAS MÉDICAS

SAÚDE OCUPACIONAL DOS SERVIDORES

SEAP - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

DEMONSTRATIVO FOLHA DE PAGAMENTO SAÚDE/SEAP/2013

	Total Bruto sem Revisão	Total Bruto com Revisão	Total Líquido
janeiro	1.044.207,75	1.044.561,01	665.429,55
fevereiro	1.061.241,98	1.081.462,46	693.451,31
março	1.062.076,07	1.067.464,59	679.929,38
abril	1.068.887,74	1.069.464,59	685.593,41
maio	1.056.690,21	1.068.906,61	687.555,07
junho	1.112.064,90	1.114.727,22	717.351,71
julho	1.112.064,90	1.114.727,22	717.351,71
agosto	1.073.237,36	1.077.809,95	685.192,53
setembro	1.083.114,20	1.095.004,31	690.382,56
outubro	1.077.210,81	1.089.875,68	691.129,82
novembro	1.080.147,14	1.081.351,28	682.020,03
dezembro	1.076.653,35	1.076.653,35	677.462,41
13º	1.067.231,24	1.067.231,24	777.462,41
TOTAL EXERCÍCIO 2013	**13.974.827,65**	**14.049.239,51**	**9.050.311,90**

Fonte:- GRHS/SEAP – Valores extraídos do Sistema Meta - 4

OBS:- Constantes neste demonstrativo os servidores da área da Saúde lotados nas unidades da SEAP:- DIMS, JIPM, DAS, Capital e Interior.

Os valores com revisão referem-se aos proventos atrasados por direito adquirido, Ex: Abono de Permanência

DEMONSTRATIVO DE VALORES GASTOS COM IMÓVEIS DAS PERÍCIAS INTERIOR E CAPITAL

Aluguel Pessoa Física	526.508,47
Aluguel Pessoa Jurídica	401.419,37
Condomínio PF	2.690,88
Condomínio PJ	41.489,92
TOTAL	**972.108,64**

ANEXO IV

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS

PROGRAMA LEITE DAS CRIANÇAS

e-COP Programação Orçamentária
Relatório QDD por Espécie/Fonte de um Projeto Atividade
** Valores Oficiais **

Órgão : 53 - SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Unidade : 02 - DIRETORIA GERAL

Projeto Atividade : 4220 - LEITE DAS CRIANÇAS

Dotação : 5302.08306174.220

Descrição	Fonte	Orçamento Inicial	Programado	Saldo a Programar	Total Orçamentário	Empenhado	Saldo Programado	Liquidado
OUTR.DESP.CORR.	100	30.000.000	29.624.206	0	29.624.206	29.189.609,19	434.596,81	29.189.609,19
	142	31.000.000	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	148	20.000.000	49.562.900	0	49.562.900	44.212.899,52	5.350.000,48	43.870.887,35
Total OUT.C	T	81.000.000	79.187.106	0	79.187.106	73.402.508,71	5.784.597,29	73.060.496,54
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	Todas	81.000.000	79.187.106	0	79.187.106	73.402.508,71	5.784.597,29	73.060.496,54
Total	T	81.000.000	79.187.106	0	79.187.106	73.402.508,71	5.784.597,29	73.060.496,54
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	Todas	81.000.000	79.187.106	0	79.187.106	73.402.508,71	5.784.597,29	73.060.496,54

ANEXO V

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS

ENCARGO COM PENSÕES PARA PORTADORES DE HANSENÍASE

e-COP Programação Orçamentária

Relatório QDD por Espécie/Fonte de um Projeto Atividade

** Valores Oficiais **

Órgão : 27 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

Unidade : 01 - GABINETE DO SECRETÁRIO

Projeto Atividade : 9061 - ENCARGOS COM PENSÕES PARA PORTADORES DE HANSENÍASE

Dotação : 2701.28846999.061

Descrição	Fonte	Orçamento Inicial	Programado	Saldo a Programar	Total Orçamentário	Empenhado	Saldo Programado	Liquidado
OUTR.DESP.CORR.	100	16.825.940	17.885.940	0	17.885.940	17.884.645,26	1.294,74	17.884.645,26
Total OUT.C	T	16.825.940	17.885.940	0	17.885.940	17.884.645,26	1.294,74	17.884.645,26
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	Todas	16.825.940	17.885.940	0	17.885.940	17.884.645,26	1.294,74	17.884.645,26
Total	T	16.825.940	17.885.940	0	17.885.940	17.884.645,26	1.294,74	17.884.645,26
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	Todas	16.825.940	17.885.940	0	17.885.940	17.884.645,26	1.294,74	17.884.645,26

ANEXO VI

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS

GESTÃO DO GRUPAMENTO AEROPOLICIAL – RESGATE AÉREO - GRAER

e-COP Programação Orçamentária

Relatório QDD por Espécie/Fonte de um Projeto Atividade

** Valores Oficiais **

Órgão : 39 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Unidade : 01 - GABINETE DO SECRETÁRIO

Projeto Atividade : 4063 - GESTÃO DO GRUPAMENTO AEROPOLICIAL - RESGATE AÉREO - GRAER

Dotação : 3901.06181134.063

Descrição	Fonte	Orçamento Inicial	Programado	Saldo a Programar	Total Orçamentário	Empenhado	Saldo Programado	Liquidado
OUTR.DESP.CORR.	100	2.230.000	1.660.513	0	1.660.513	1.586.337,31	74.175,69	1.586.337,31
	103	1.959.000	1.761.064	17.728	1.778.792	1.748.814,38	12.249,62	1.695.637,98
Total OUT.C	T	4.189.000	3.421.577	17.728	3.439.305	3.335.151,69	86.425,31	3.281.975,29
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	Todas	4.189.000	3.421.577	17.728	3.439.305	3.335.151,69	86.425,31	3.281.975,29
Total	T	4.189.000	3.421.577	17.728	3.439.305	3.335.151,69	86.425,31	3.281.975,29
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
	Todas	4.189.000	3.421.577	17.728	3.439.305	3.335.151,69	86.425,31	3.281.975,29

PODER EXECUTIVO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Relatório do Controle Interno

Exercício de 2013
Artigo 3º
Inciso IV
Alínea g)

31/03/2014

Controladoria Geral do Estado

Coordenadoria de Controle Interno

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE METAS - SAPM

Tendo em vista os objetivos do Plano de Governo para o “Novo Paraná”, torna-se imprescindível acompanhar os resultados da gestão mensurando o desempenho de cada Politica Pública e Órgãos relacionados. Para tanto a utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC proporciona um aprimoramento na análise dos indicadores de desempenho.

A Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos – SEAE, por meio da Companhia de Informática do Paraná – CELEPAR, representante da TIC no Governo no Paraná, tem um papel fundamental para o processo de modernização da gestão pública. No intuito de prestar subsídio ao governo para o acompanhamento da evolução de suas metas e o impacto das ações, está sendo desenvolvido um case de *Business Intelligence* – BI denominado “Sistema de Acompanhamento do Plano de Metas do Governo do Paraná – SAPM”. Este case irá contribuir significativamente com um dos objetivos estratégicos do Governo: Implantação de um modelo gestão pública voltada para resultados.

Vale ressaltar que a gestão para resultados consiste em um planejamento com objetivos, metas, indicadores e seus respectivos responsáveis claramente definidos, com tudo o modelo se consolida quando o planejamento permite aferição com a utilização de ferramentas para o monitoramento e avaliação de desempenho.

De acordo com a CELEPAR em reunião realizada na data de 13 de março nesta Controladoria Geral do Estado, o sistema SAPM apresentado será utilizado como ferramenta de gestão, provendo condições de monitoramento e avaliação em todos os programas e ações em tempo real, facilitando o processo de tomada de decisões, permitindo assim uma melhor aplicação dos recursos do Estado.

Toda a base de dados utilizada do Sistema será a partir dos resultados gerados da análise das informações do Plano Plurianual – PPA e também da Lei Orçamentária Anual – LOA. Além destas duas bases de dados, serão utilizadas também outras informações pertinentes como o Sistema de

Acompanhamento da Gestão Governamental – GGOV que permite um maior detalhamento das ações.

Diante disto, os principais benefícios serão:

- Análise qualitativa e quantitativa das informações;
- Análise de diversos relatórios dinâmicos;
- Visualizações de realização por Órgão/Entidade;
- Melhor avaliação dos indicadores;e
- Apoio ao cumprimento das metas do Poder Executivo.

O atual modelo de visualização desta ferramenta parte do princípio da mensuração das ações e obras que geram resultados de produto e que representam a eficiência das ações de governo.

Ainda de acordo com a CELEPAR na referida reunião, atualmente esta ferramenta encontra-se no estágio de homologação dos dados, e deverá ser utilizada durante o exercício de 2014.

A Tabela 1 abaixo apresenta as informações analíticas dos Programas de Governo.

TABELA 1 – Execução Orçamentária 2013 por Política Setorial – Poder Executivo – em R$

Política Setorial	Total Orçamentário	Empenhado	%	Execução
Obrigações Especiais Poder Executivo	12.541.088.457,00	11.598.714.779,00	92,49%	boa
Educação	7.611.949.284,00	7.143.354.149,00	93,84%	boa
Ação Integral à Saúde	3.445.430.859,00	3.181.719.297,00	92,35%	boa
Segurança, Cidadania e Justiça	3.578.609.170,00	2.763.589.542,00	77,23%	razoável
Novo Jeito de Governar	2.783.185.058,00	2.293.257.774,00	82,40%	razoável
Infraestrutura e Logística	1.375.101.669,00	1.044.617.902,00	75,97%	muito baixa
Agricultura e Agronegócio	443.517.054,00	349.710.834,00	78,85%	razoável
Assistência Social	344.349.430,00		50,36%	baixa

		173.427.445,00		
Habitação	404.248.195,00	150.740.489,00	37,29%	muito baixa
Ciência, Tecnologia e Inovação	231.590.312,00	125.466.927,00	54,18%	baixa
Sustentabilidade e Meio Ambiente	150.133.361,00	66.170.747,00	44,07%	muito baixa
Desenvolvimento Econômico Sustentável	107.289.534,00	48.214.852,00	44,94%	muito baixa
Esporte, Lazer e Atividade Física	40.327.727,00	24.552.473,00	60,88%	baixa
Trabalho	23.138.331,00	9.741.322,00	42,10%	muito baixa
Cultura	24.920.527,00	4.438.716,00	17,81%	muito baixa
Turismo	15.793.179,00	4.429.916,00	28,05%	muito baixa
Total	**33.120.672.147,00**	**28.982.147.164,00**	**87,50%**	

Fonte: SIAF/SIGAME acessados em 24/03/14

Para a execução orçamentária dos Programas de Governo – Poder Executivo, esta Controladoria adotou o seguinte critério: definiu-se como boa execução o índice encontrado acima de 90%; como execução razoável o índice encontrado entre 80 e 90%; baixa execução orçamentária o índice percentual apurado entre 50 e 80%; e execução muito baixa o índice encontrado inferior a 50%.

Observa-se que as políticas setoriais que envolvem saúde e educação tiveram uma execução muito boa, 92,49% e 93,84% respectivamente. Já as politicas relacionadas à segurança (Segurança, Cidadania e Justiça), a Gestão do Estado (Um novo jeito de governar) e a Agricultura (Agricultura e Agronegócio) apresentaram uma execução razoável, 77,23%, 82,40% e 78,85% respectivamente.

Porém as Políticas Setoriais como: Infraestrutura e Logística (75,97%), Assistência Social (50,36%), Habitação (37,29%), Ciência e Tecnologia e Inovação (54,18%), Sustentabilidade e Meio Ambiente (44,07%), Desenvolvimento Econômico Sustentável (44,94%), Esporte, Lazer e Atividade Física (60,88%), Trabalho (42,10%), Cultura (17,81%) e Turismo (28,05%) apresentaram execução baixa ou muito baixa.

É o Relatório.

Curitiba, 31 de março de 2014.

Carlos Eduardo de Moura

Controlador Geral do Estado

Guilherme A. Santos
Chefe da Coordenadoria de Controle Interno

Emir Carlos Grassani
Assessor

Fernando Barbalho
Assessor

Osmar Alves Baptista Junior
Assessor